

de Barros, Ricardo Paes; de Carvalho, Mirela; Franco, Samuel; Mendonça, Rosane;
Rosalém, Andrezza

Working Paper

Pobreza no Espírito Santo

Texto para Discussão, No. 1476

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: de Barros, Ricardo Paes; de Carvalho, Mirela; Franco, Samuel; Mendonça, Rosane; Rosalém, Andrezza (2010) : Pobreza no Espírito Santo, Texto para Discussão, No. 1476, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/90958>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1476

POBREZA NO ESPÍRITO SANTO

Ricardo Paes de Barros

Mirela de Carvalho

Samuel Franco

Rosane Mendonça

Andrezza Rosalém

Brasília, março de 2010

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1476

POBREZA NO ESPÍRITO SANTO

Ricardo Paes de Barros*

Mirela de Carvalho**

Samuel Franco***

Rosane Mendonça****

Andrezza Rosalém*****

Brasília, março de 2010

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea.

** Pesquisadora do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS).

*** Pesquisador do IETS.

**** Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

***** Pesquisadora do IETS.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

ipea

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (em implantação)

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

ISSN 1415-4765

JEL. I32, I38, I39

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 O PROGRESSO AO LONGO DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS	9
3 A SITUAÇÃO ATUAL	17
4 DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA NA POBREZA E NA DESIGUALDADE	24
5 PERSPECTIVAS PARA REDUÇÃO NA POBREZA	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
ANEXO	41
REFERÊNCIAS	42

SINOPSE

Ao longo das duas décadas compreendidas entre 1988 e 2008, a pobreza e a desigualdade de renda declinaram de forma acentuada no Espírito Santo. Cerca da metade da redução observada na pobreza deveu-se à concomitante e também acentuada queda na desigualdade que marcou o período em análise. Este acelerado processo de redução na pobreza e na desigualdade, entretanto, não ocorreu de forma contínua ao longo das duas décadas, tendo sido particularmente mais acelerado no quinquênio de 2003 a 2008. Mas, se as evidências mais recentes apontam para níveis ainda preocupantes de pobreza e desigualdade no estado, elas também indicam a significativa efetividade da política social no combate a estas carências. Esta política baseia-se em melhorias na produtividade e remuneração dos trabalhadores mais pobres (redução estrutural da pobreza e desigualdade) combinadas com a construção e expansão de uma rede de proteção social bem focalizada e crescentemente mais generosa (alívio imediato à pobreza extrema). Assim, se por um lado, não se pode dizer que a pobreza e a desigualdade já foram reduzidas a níveis aceitáveis, por outro, o progresso extremamente acentuado alcançado nas duas mencionadas décadas, em particular durante o último quinquênio destas, evidencia a eficácia da política social atual. Apesar dos ainda elevados níveis de pobreza e de desigualdade, mantido o acelerado passo com que o estado vem progredindo, em menos de quinze anos ele alcançará níveis compatíveis com seu grau de desenvolvimento econômico.

ABSTRACT¹

Over the past two decades, poverty and income inequality declined sharply in Espírito Santo. About half of the observed reduction in poverty was due to the concomitant and also sharp drop in inequality that characterized the period under review. This sharp reduction in poverty and inequality, however, did not operate continuously over the past two decades, and was particularly faster over the past five years. But if the most recent evidence does point to a further concern of poverty and inequality in the state, they also point to the significant effectiveness of social policy in addressing these needs based on the combination of improvements in productivity and wages of the poorest workers (structural reduction of poverty and inequality), with the construction and expansion of a social safety net and more focused and increasingly generous (immediate relief of extreme poverty). Thus, on the one hand, yet cannot be said that poverty and inequality have been reduced to acceptable levels, secondly, the extremely fast progress achieved over the past two decades, particularly over the last five years, shows the effectiveness of the current social policy. Despite the still high levels of poverty and inequality, kept the fast pace that the state has progressed, in less than 15 years it will reach levels consistent with their level of economic development.

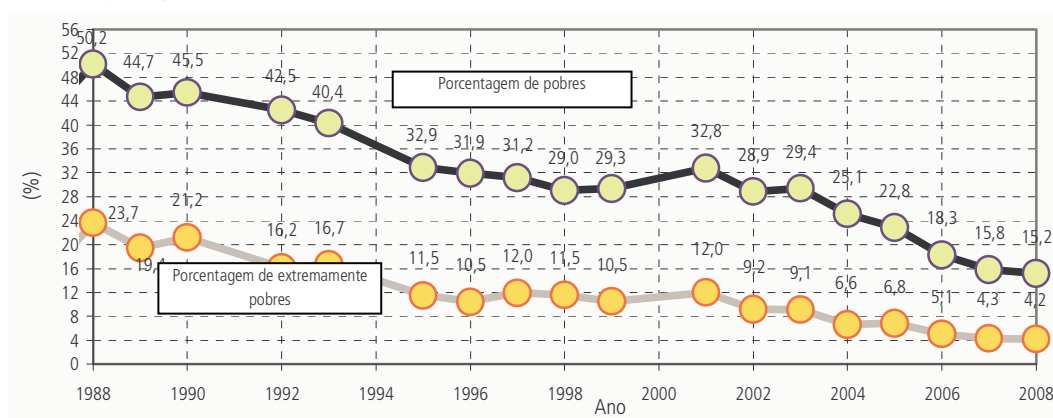
¹ The versions in English of the abstracts of this series have not been edited by Ipea's editorial department.
As versões em língua inglesa das sinopses (*abstracts*) desta coleção não são objeto de revisão pelo Editorial do Ipea.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo das duas décadas compreendidas entre 1988 e 2008 a sociedade capixaba foi capaz de reduzir a pobreza em ritmo extremamente acelerado. Enquanto o cumprimento do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM)¹ requer uma redução à metade na extrema pobreza em 25 anos, entre 1988 e 2008 o Espírito Santo reduziu a pobreza a menos de um terço e a extrema pobreza a menos de um quinto de seus valores iniciais (gráfico 1).² Portanto, o progresso alcançado pelo estado, neste período, em termos de redução da pobreza, foi duas vezes mais acelerado que a taxa proposta pelo primeiro ODM e quatro vezes mais acelerado que a respectiva taxa proposta para a redução na extrema pobreza.³

GRÁFICO 1

Evolução do grau de pobreza e de extrema pobreza: Espírito Santo, 1988 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (PNAD/IBGE), de 1988 a 2008.

Este texto trata esta acentuada queda na pobreza, investigando quatro questões inter-relacionadas. Inicia-se o estudo documentando a impressionante queda na pobreza capixaba, contrastando o progresso do estado com o alcançado pelo restante do país. Nesta primeira parte, avalia-se em que medida este progresso ocorreu de forma contínua ao longo das duas décadas ou foi concentrado em alguns subperíodos específicos. Conforme irá ser demonstrado, o progresso capixaba foi bem mais proeminente que a média nacional e significativamente mais acelerado no último quinquênio do período examinado.

1. Em setembro de 2000, os líderes de 189 países se reuniram em Nova Iorque e estabeleceram objetivos mundiais de desenvolvimento, conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). São oito objetivos centrais subdivididos em dezoito metas. Para uma descrição detalhada dos ODM, ver <<http://www.undp.org/mdg/>>.

2. Apesar de a meta se referir apenas à proporção da população vivendo em famílias em situação de *extrema pobreza*, será feita referência, ao longo de toda a análise, à mesma meta também no caso da *pobreza*.

3. De fato, a pobreza nas duas décadas analisadas declinou de 50% para 15%, uma redução que, quando extrapolada para um período de 25 anos, resultaria numa queda a 22% do valor inicial e, portanto, mais de duas vezes mais acelerada que a proposta pelo primeiro ODM. No caso da extrema pobreza a redução foi de 24% para 4% e, da mesma forma, quando extrapolada para um período de 25 anos, resultaria numa queda a 12% do valor inicial, isto é, mais de quatro vezes mais acelerada que a proposta pelo primeiro ODM.

Ainda na primeira parte do estudo, identifica-se a contribuição do crescimento e da redução na desigualdade para a queda na pobreza. O estado, além de se destacar pela magnitude mais acentuada na redução da pobreza e da desigualdade, também se destaca por ter sido, no lustro de 2003 a 2008, o estado brasileiro que mais reduziu a desigualdade. Neste quinquênio, ao contrário dos demais, o declínio na desigualdade ocorrido no Espírito Santo foi responsável por cerca da metade da queda na pobreza.

Mas, a despeito do acentuado progresso alcançado pelo estado em termos da redução nos graus de pobreza e de desigualdade entre 1988 e 2008, estes ainda continuam elevados, mesmo levando em consideração seu estágio de desenvolvimento. Assim, na segunda parte deste estudo, passa-se a descrever a situação atual da distribuição de renda capixaba, em particular dos graus de pobreza e desigualdade remanescentes, e a compará-los com os níveis já alcançados pelos estados brasileiros mais desenvolvidos.

Uma vez que a perfeita igualdade de renda não é nem uma meta factível nem uma meta necessariamente desejável, nesta segunda etapa do estudo procura-se identificar qual a natureza da distribuição de renda e os respectivos graus de desigualdade e pobreza que, se alcançados, colocariam o estado em sintonia ao menos com sociedades onde o grau de desenvolvimento econômico é similar. Uma vez estabelecidas estas metas, avalia-se quanto tempo levaria para que o estado as pudesse alcançar, mantido o passo do progresso observado no último quinquênio.

Como a natureza da pobreza encontra-se em permanente transformação, o fato de que as políticas atuais têm sido comprovadamente efetivas no combate à pobreza não implica que o sucesso no futuro possa ser atingido com a manutenção destas políticas. Para reduzir de forma continuada a pobreza é necessário que o leque de políticas públicas se adéque às mudanças no ambiente socioeconômico e na natureza da pobreza.

Com o objetivo de contribuir para este contínuo processo de adequação das intervenções públicas, na terceira parte deste estudo identificam-se os determinantes imediatos da queda na pobreza e na desigualdade ao longo da última década no estado. Também se identificam os fatores mais importantes para explicar o maior grau de pobreza e desigualdade do Espírito Santo em relação a alguns dos estados mais desenvolvidos do país: São Paulo e Santa Catarina. Por fim, apresenta-se uma descrição do perfil da pobreza, identificando-se os grupos sociais nos quais esta é mais concentrada.

Na quarta parte do estudo identificam-se caminhos alternativos capazes de reduzir a pobreza do estado à metade ao longo do próximo quinquênio, uma meta cinco vezes mais ambiciosa que o primeiro ODM. O objetivo é demonstrar que, apesar de ousada, esta meta é factível dada a trajetória recente do estado. Procedem-se em duas etapas. Primeiro, identificam-se quais combinações de crescimento econômico e redução na desigualdade seriam necessárias para alcançar esta meta de redução na pobreza. A seguir procura-se alcançar um nível maior de profundidade identificando que melhorias no nível educacional da força de trabalho, no nível de emprego, na produtividade do trabalho e nas transferências públicas permitiriam diminuir o grau de pobreza à metade em cinco anos.

2 O PROGRESSO AO LONGO DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

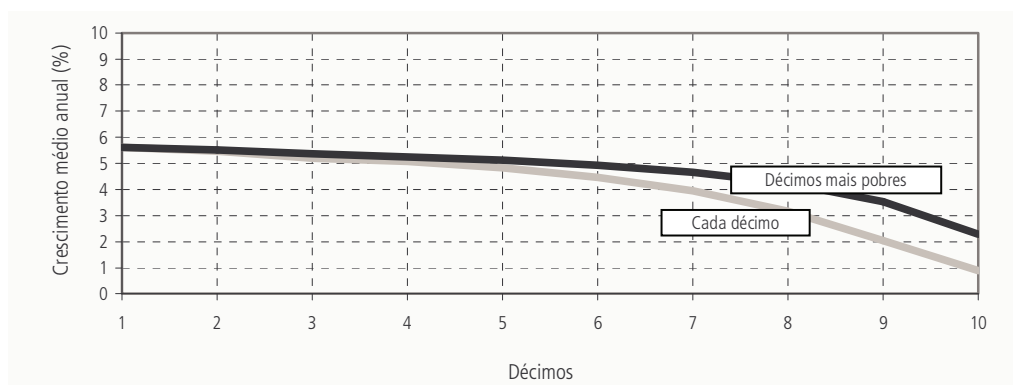
2.1 O PROGRESSO DO ESTADO

Entre 1988 e 2008 a renda *per capita* dos 10% e dos 20% mais pobres no estado cresceu, em média, 5,5% ao ano (gráfico 2), levando a uma nítida diminuição nos graus de pobreza e de extrema pobreza.

A proporção da população vivendo em famílias pobres declinou de 50% para 15% (gráfico 1), o que equivale a uma redução da pobreza, em 25 anos, a um valor inferior a um quarto do valor inicial e, portanto, representa um progresso superior ao dobro do necessário para se atingir o primeiro ODM, que preconiza a redução à metade em 25 anos. Como consequência desta queda acelerada, em 2005 (dez anos antes do estabelecido pelo primeiro ODM) a pobreza no estado já havia atingido um nível inferior à meta proposta para 2015: metade do valor verificado em 1990. Alternativamente, pode-se corroborar esta acentuada queda na pobreza observando que, para cumprir o primeiro ODM, bastaria que a pobreza declinasse para 29% neste mesmo período, em vez dos 15% efetivamente observados em 2008.

GRÁFICO 2

Crescimento médio anual na renda *per capita* dos décimos e dos décimos mais pobres da distribuição da população: Espírito Santo, 1988 e 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base PNAD/IBGE de 1988 e 2008.

A proporção da população vivendo em famílias extremamente pobres declinou de forma ainda mais intensa neste mesmo período, passando de 21% em 1998 para 4% em 2008 (gráfico 1). Esta queda acentuada equivale a uma redução da extrema pobreza, em 25 anos, a um valor inferior a um oitavo do valor inicial e, portanto, representa um progresso superior ao quádruplo do necessário para atingir o primeiro ODM. Assim, como consequência desta queda acelerada, em 2002 a extrema pobreza no estado havia atingido um valor inferior à metade do seu valor em 1990, garantindo o cumprimento do primeiro ODM em menos da metade do tempo estabelecido.

Ressalte-se que não foi apenas a renda dos mais pobres que cresceu nas duas décadas. De fato, a renda *per capita* de todos os décimos da distribuição também cresceu neste período, embora o crescimento tenha sido bem mais destacado entre os

mais pobres (gráfico 2). Enquanto a renda *per capita* do estado crescia, em média, 2,3% ao ano, a renda dos décimos mais pobres crescia a uma taxa 2,5 vezes mais veloz. A renda dos 10% mais ricos crescia a uma taxa inferior à metade da média para o estado, isto é, a uma taxa inferior a um quinto da taxa de crescimento da renda dos 10% mais pobres.

Esse crescimento mais acelerado da renda dos mais pobres está associado a um declínio, também acentuado, no grau de desigualdade na distribuição de renda. Medida pelo coeficiente de Gini, a desigualdade declinou do seu valor médio para as últimas duas décadas, 0,576, para seu menor valor histórico, 0,516. Em virtude desta sensível queda na desigualdade, a parcela da renda apropriada pelos mais pobres praticamente dobrou no período (tabela 1).

TABELA 1
Evolução dos indicadores de pobreza, extrema pobreza e distribuição de renda: Brasil, região Sudeste, e Espírito Santo, 1988 e 2008

Indicadores	Brasil			Região Sudeste			Espírito Santo		
	1988	2008	2008 como porcentagem de 1988	1988	2008	2008 como porcentagem de 1988	1988	2008	2008 como porcentagem de 1988
Porcentagem de pobres	47	25	54	31	15	48	50	15	30
Porcentagem de extremamente pobres	23	9	38	11	4	37	24	4	18
Coefficiente de Gini	0,615	0,544	89	0,571	0,514	90	0,652	0,516	79
Porcentagem da renda apropriada (%)									
10% mais pobres	1	1	142	1	1	141	1	1	189
20% mais pobres	2	3	143	3	4	138	2	4	186
40% mais pobres	7	10	138	9	12	129	7	12	177
25% mais ricos	71	65	91	67	62	93	75	62	83
10% mais ricos	49	43	87	45	41	90	54	41	76
1% mais ricos	14	12	86	12	11	93	14	11	81
Renda média (em R\$ por mês) ¹									
10% mais pobres	30	58	197	50	91	181	24	72	298
20% mais pobres	47	93	198	77	137	177	37	109	293
10% mais ricos	2124	2566	121	2521	2928	116	1998	2385	119
1% mais ricos	6129	7280	119	6855	8168	119	5209	6548	126

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/IBGE de 1988 e 2008.

Nota: ¹ Valores expressos em R\$ de 2008.

2.2 O PROGRESSO DO ESTADO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O progresso observado no estado nas décadas de 1988 a 2008 em termos de redução acentuada nos graus de pobreza e de desigualdade não ocorreu de forma isolada do país. Em muitos outros estados brasileiros, e para o país como um todo, o progresso também foi acelerado. Contudo, tanto em relação à média nacional quanto regional, a redução nos graus de pobreza e de desigualdade no Espírito Santo foi bem mais rápida.

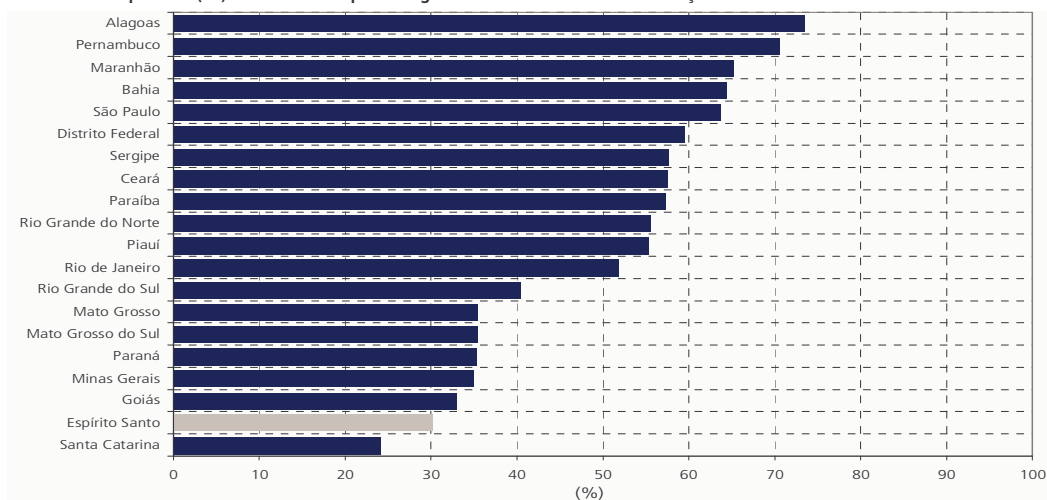
Enquanto o estado reduziu sua pobreza a menos de um terço do valor inicial, tanto ao nível nacional quanto regional a pobreza foi reduzida apenas acerca da metade de seu valor inicial. No que tange à extrema pobreza, as diferenças são ainda mais salientes. Enquanto o estado foi capaz de reduzi-la a menos de um quinto de seu

valor inicial, tanto ao nível nacional quanto regional a redução na extrema pobreza não chegou sequer a atingir um terço do seu valor inicial (tabela 1).

De fato, a redução na pobreza e na extrema pobreza alcançada pelo Espírito Santo nesse período foi não apenas mais acentuada do que as médias nacional e regional como também superior à redução conseguida por todos os demais estados brasileiros, à exceção de Santa Catarina (gráficos 3a e 3b). Os graus de pobreza e de extrema pobreza em 2008 são, respectivamente, cerca de 30 e 18% dos observados há 20 anos. Entre os estados que tiveram um progresso similar ao do Espírito Santo encontram-se o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais e Goiás.

GRÁFICO 3a

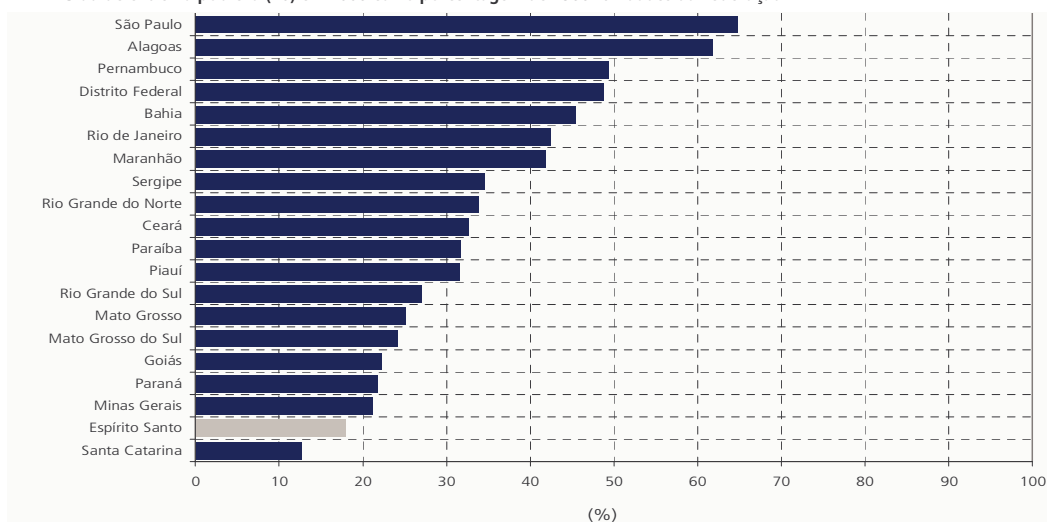
Grau de pobreza (P0) em 2008 como porcentagem de 1988: Unidades da Federação¹



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD/IBGE de 1988 e 2008.
Nota: ¹ Exceto os estados da região Norte.

GRÁFICO 3b

Grau de extrema pobreza (P0) em 2008 como porcentagem de 1988: Unidades da Federação

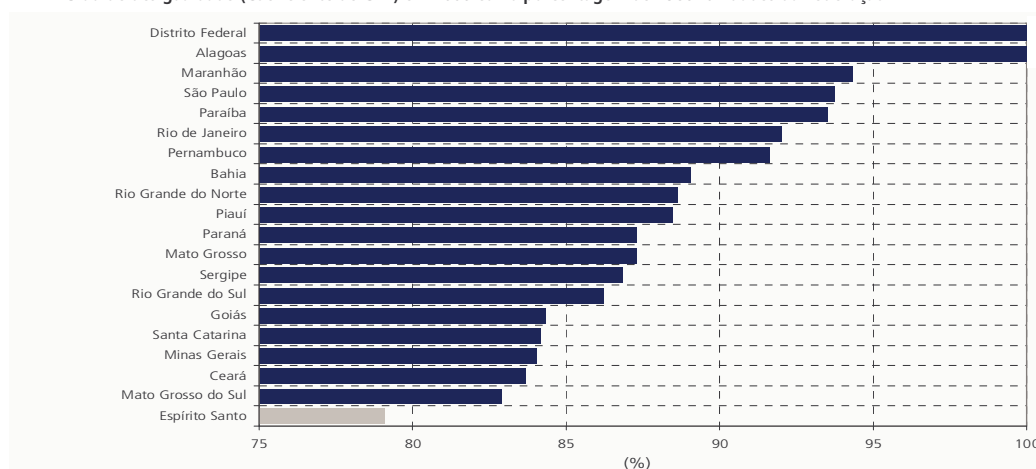


Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 1988 e 2008.
Nota: ¹ Exceto os estados da região Norte.

Conforme visto, não apenas os graus de pobreza e de extrema pobreza declinaram de forma acentuada no estado ao longo desse período, mas também o grau de desigualdade. Mais que isso, o declínio no grau de desigualdade foi cerca de duas vezes mais acelerado do que a média nacional e regional. Enquanto no estado o grau de desigualdade medido pelo coeficiente de Gini declinou cerca de 20%, ao nível nacional e regional o declínio ficou próximo a 10%. A parcela da renda apropriada pelos 20% mais pobres no estado cresceu 86% no período, ao passo que ao nível nacional e regional o crescimento ficou próximo a 40% (tabela 1). Entre todos os estados brasileiros, o Espírito Santo foi aquele onde ocorreu a maior redução no grau de desigualdade (gráfico 4). Com quedas apenas um pouco menos acentuadas encontram-se os estados de Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais, Ceará e Mato Grosso do Sul.

GRÁFICO 4

Grau de desigualdade (Coeficiente de Gini) em 2008 como porcentagem de 1988: Unidades da Federação¹



Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 1988 e 2008.

Nota: ¹ Exceto os estados da região Norte.

Como resultado desta espetacular redução na pobreza e na desigualdade, a renda dos 10% e dos 20% mais pobres no estado, que há duas décadas era inferior a dos correspondentes 10% e 20% mais pobres ao nível nacional, passou a ser maior, ao passo que a renda dos 10% mais ricos permaneceu inferior (tabela 1). Em suma, após duas décadas de reduções na desigualdade, consideravelmente mais acentuadas que as observadas ao nível nacional, os pobres no estado passaram a ser menos pobres e os ricos menos ricos que os correspondentes grupos ao nível nacional.

2.3 A DESCONTINUIDADE DO PROGRESSO AO LONGO DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

A melhoria alcançada na distribuição de renda do estado não ocorreu com a mesma intensidade e nem de forma contínua durante os dois decênios em análise. Embora o progresso, em média, tenha sido similar em ambas as décadas (1988-1998 e 1998-2008), o progresso se concentrou sempre no segundo lustro. Assim, embora o crescimento na renda média dos 20% mais pobres tenha sido de 6% ao ano em cada uma das duas décadas e no período como um todo, na última década esta taxa de crescimento oscilou

de 2% no primeiro quinquênio (1998-2003) a 10% no segundo (2003-2008), com oscilações menores ocorrendo também na primeira década (tabela 2).

TABELA 2

Evolução do crescimento na renda média e de reduções na pobreza e na extrema pobreza por sub-períodos: Espírito Santo¹

Indicadores	Evolução por quinquênio								Evolução por década				Evolução em duas décadas	
	1988-1993		1993-1998		1998-2003		2003-2008		1988-1998		1998-2008		1988-2008	
	Total	Anual	Total	Anual	Total	Anual	Total	Anual	Total	Anual	Total	Anual	Total	Anual
Crescimento na renda média (%)														
Total	-8	-2	33	6	-3	-1	32	6	23	2	28	3	57	2
10% mais pobres	-4	-1	61	10	13	2	71	11	54	4	93	7	198	6
20% mais pobres	16	3	38	7	13	2	62	10	60	5	83	6	193	6
10% mais ricos	-21	-5	32	6	-9	-2	25	5	4	0	14	1	19	1
Redução na pobreza e desigualdade (%)														
Porcentagem de pobres	-20	-4	-28	-6	1	0	-48	-12	-42	-5	-48	-6	-70	-6
Porcentagem de extremamente pobres	-30	-7	-31	-7	-21	-5	-54	-14	-51	-7	-63	-10	-82	-8
Coefficiente de Gini	-11	-2	-1	0	-4	-1	-7	-1	-11	-1	-11	-1	-21	-1

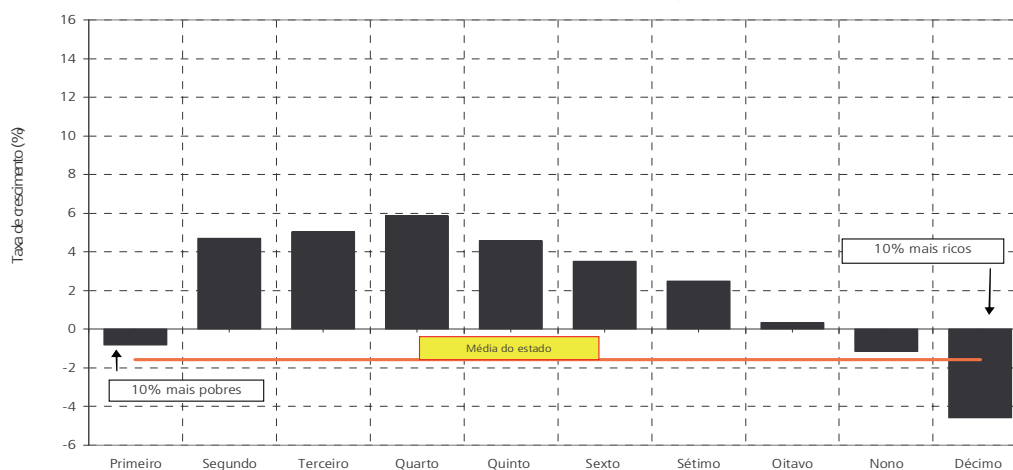
Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 1988 a 2008.

Nota: ¹ Valores expressos em R\$ de 2008.

Conforme mencionado na subseção 2.1, para o período como um todo, apesar de a taxa de crescimento da renda ter sido substancialmente maior entre os mais pobres, a renda de todos os décimos da distribuição cresceu, aumentando, desta forma, o bem-estar de todos. Este fenômeno marcou, em especial, o segundo e o quarto quinquênios considerados. Tanto no primeiro quanto no terceiro quinquênios houve perdas. No primeiro as perdas ocorreram tanto para os mais pobres quanto para os mais ricos; já no terceiro, apenas os mais ricos perderam (gráficos de 5a a 5d).⁴

GRÁFICO 5A

Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição: Espírito Santo, 1988 a 1993

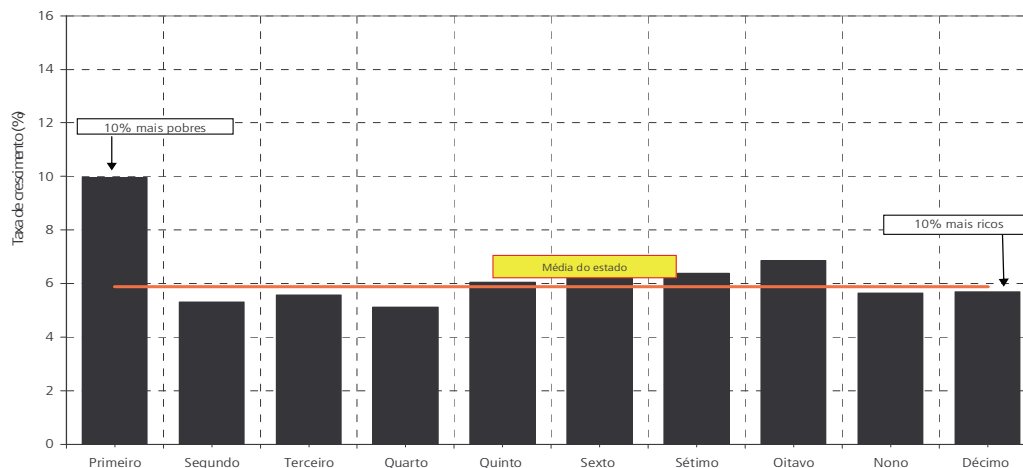


Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 1988 a 1993.

4. Houve uma pequena perda (0,05%) no quinto décimo da distribuição.

GRÁFICO 5b

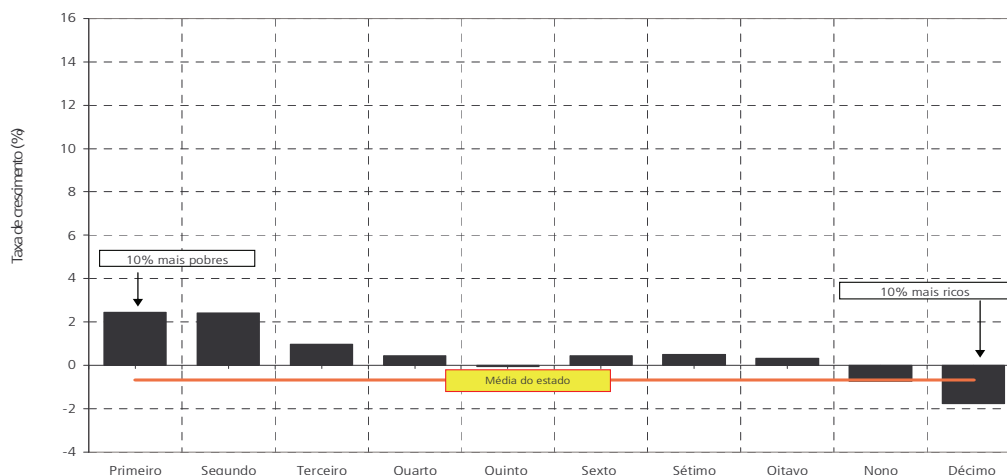
Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição: Espírito Santo, 1993 a 1998



Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 1993 a 1998.

GRÁFICO 5c

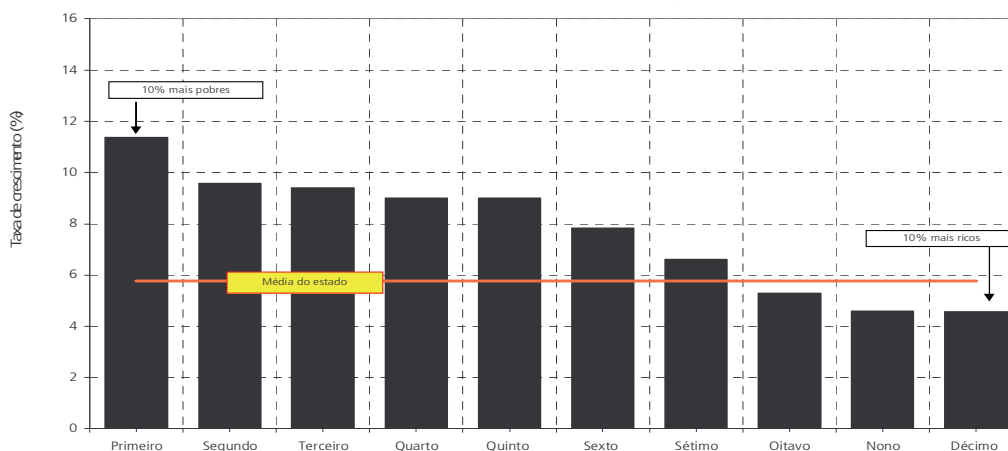
Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição: Espírito Santo, 1998 a 2003



Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa PNAD/IBGE de 1998 a 2003.

GRÁFICO 5d

Taxa de crescimento médio da renda familiar *per capita* por décimos da distribuição: Espírito Santo, 2003 a 2008

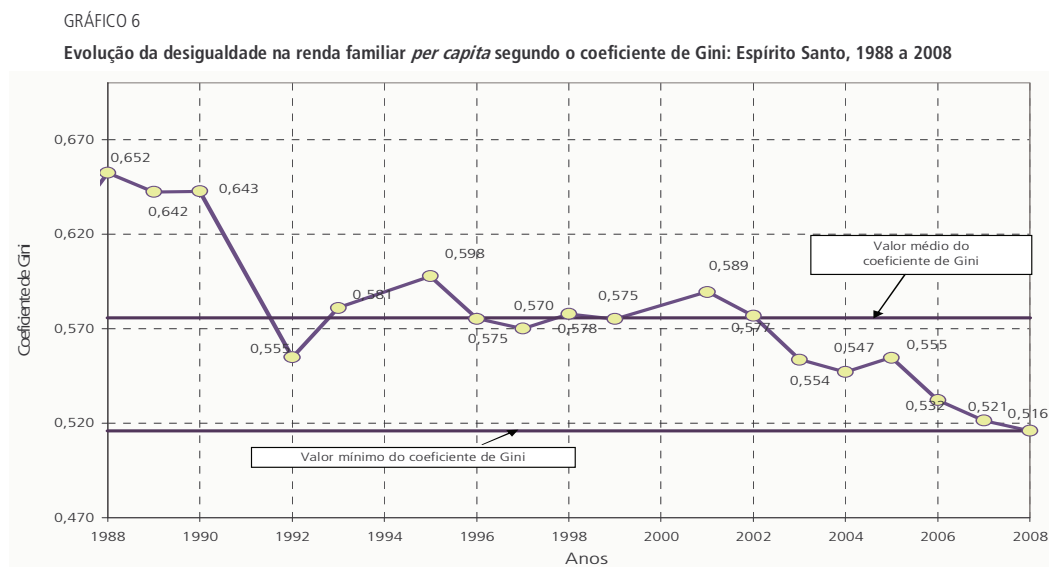


Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa PNAD/IBGE de 2003 a 2008.

Vale ressaltar que a pobreza e a extrema pobreza iniciam o período analisado no seu valor mais elevado. Observa-se uma redução significativa durante toda a primeira década (1988 a 1998), seguida por um período de completa estagnação (1996 a 2001) e, então, um declínio extremamente acentuado a partir do início do novo milênio (gráfico 1).

O progresso recente, entretanto, foi duas vezes mais acelerado que a média das duas últimas décadas. Entre 2003 e 2008 a pobreza declinou 12% ao ano, enquanto a média das últimas duas décadas foi sensivelmente mais baixa: 6% por ano. De forma similar, enquanto no último quinquênio a extrema pobreza declinou 14% ao ano, a taxa anual média de redução na extrema pobreza ao longo das duas últimas décadas foi de apenas 8% (tabela 2).

Da mesma forma que a pobreza, a desigualdade inicia as duas últimas décadas no seu nível mais elevado com o seu declínio não sendo nada uniforme. No primeiro quinquênio a desigualdade declinou de forma extremamente acentuada. Entretanto, ao longo de quase um decênio (de 1992 a 2001) a desigualdade permaneceu relativamente estagnada, com coeficientes de Gini sempre próximos a 0,58. Foi apenas com o início do novo milênio que a desigualdade iniciou um claro e contínuo processo de declínio: em sete anos, o coeficiente de Gini passou de quase 0,59 para 0,52 (gráfico 6).



2.4 REDUÇÃO NA POBREZA, CRESCIMENTO ECONÔMICO E QUEDA NA DESIGUALDADE DE RENDA

A acentuada queda na pobreza alcançada pelo Espírito Santo durante as duas décadas em análise deve-se, em parte, ao crescimento econômico e, em parte, à queda na desigualdade. Visando isolar a contribuição de cada um destes fatores, estima-se qual seria o grau de pobreza em 2008 caso a desigualdade tivesse permanecido inalterada de 1988 a 2008 (tabela 3).

TABELA 3

Estimativas da contribuição da queda na desigualdade de renda *per capita* para a redução no grau de pobreza:
Espírito Santo, 1988 e 2008¹

Indicadores	Grau de pobreza
Porcentagem de pobres	
1988	50,2
2008 caso a desigualdade fosse a de 1988	32,6
2008	15,2
Redução na pobreza (em pontos percentuais)	
Total	35,0
Devida ao crescimento	17,6
Devida a redução na desigualdade	17,4
Contribuições para a redução na pobreza	
Crescimento (%)	50,2
Redução da desigualdade (%)	49,8
Relação entre as contribuições	1,0
Importância da redução na desigualdade	
Crescimento observado na renda <i>per capita</i> (%)	57
Crescimento necessário para garantir a mesma queda na pobreza caso a desigualdade não tivesse se alterado (%)	125
Crescimento equivalente à redução na desigualdade (em pontos percentuais)	68

Fonte: Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988 e 2008.

Nota: ¹ Utilizando linhas de pobreza regionalizadas.

As estimativas obtidas revelam que metade da queda no grau de pobreza se deveu ao crescimento econômico e metade à concomitante queda na desigualdade. Portanto, a redução ocorrida na desigualdade fez com que a queda na pobreza fosse duas vezes maior do que a que ocorreria sem ela, fazendo com que os pobres percebessem uma taxa de crescimento da sua renda ao menos duas vezes mais acelerada que a do crescimento geral da economia.

Neste período, conforme ressaltado, a renda *per capita* do estado cresceu, em média, 2,2% ao ano. Para que a mesma queda na pobreza fosse alcançada sem redução na desigualdade, seria necessário um crescimento da renda *per capita* de 4,5%. Assim, a queda na desigualdade possibilitou uma redução na pobreza que, sem ela, só poderia ser alcançada com uma taxa de crescimento duas vezes maior.

Conforme visto, o progresso do estado em termos de redução na pobreza foi pelo menos duas vezes mais intenso que o necessário para atender o primeiro ODM. Assim, mesmo sem qualquer crescimento, contando apenas com a redução na desigualdade, o estado teria sido capaz de reduzir a pobreza a taxas compatíveis com o cumprimento do primeiro ODM. Da mesma forma, os resultados alcançados revelam que mesmo sem qualquer redução na desigualdade e, portanto, contando apenas com o crescimento econômico, o estado também teria sido capaz de reduzir a pobreza a taxas compatíveis com o cumprimento do primeiro ODM.

3 A SITUAÇÃO ATUAL

3.1 O ESTADO

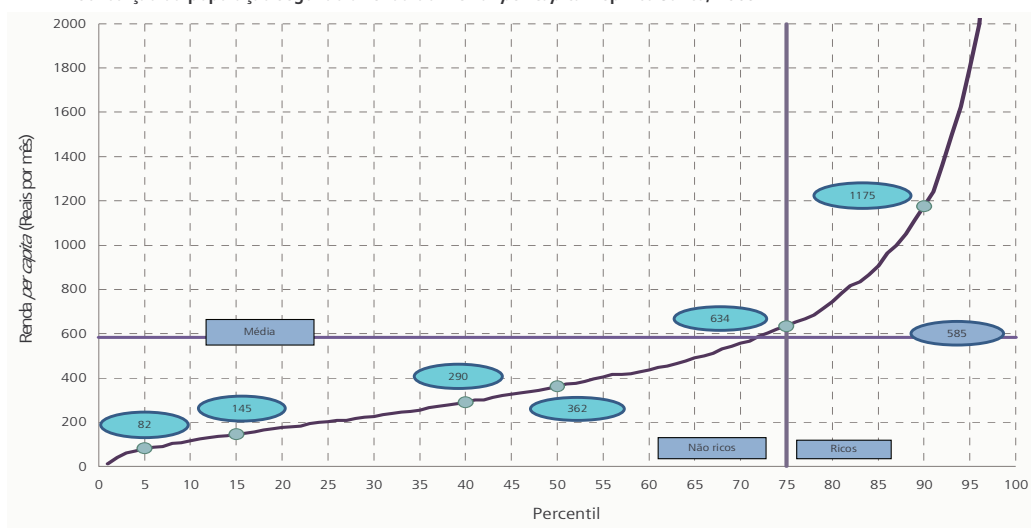
A despeito do significativo progresso alcançado, os graus de pobreza e de desigualdade do estado continuam elevados. Segundo as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) de 2008,⁵ as famílias capixabas vivem com uma renda *per capita* inferior a R\$ 600 por mês (gráfico 7). Portanto, se a renda iguala o consumo, então, uma família capixaba gasta, em média, menos de R\$ 20 por dia.

A desigualdade na distribuição de renda, medida pelo coeficiente de Gini, permanece acima de 0,50. A diferença de renda entre dois capixabas é em média superior a R\$ 300 por mês, numa sociedade em que a renda *per capita* é inferior a R\$ 600 por mês. Além disso, enquanto os 10% mais ricos detêm mais de 40% da renda do estado, os 40% mais pobres detêm pouco mais de 10% desta renda (tabela 1). Assim, um contingente de pessoas quatro vezes maior detêm um volume quatro vezes menor de renda. A parcela da renda total apropriada pelos 40% mais pobres no estado é praticamente igual àquela apropriada pelo 1% mais rico. Vale destacar que a renda *per capita* do 1% mais rico (R\$ 6.500) é 90 vezes a renda *per capita* dos 10% mais pobres (R\$ 72). Na medida em que o consumo é proporcional à renda, o consumo *anual* de um pobre (10% mais pobre) é igual ao que um rico (1% mais rico) consome em *quatro dias* (tabela 1).

Dado que a renda *per capita* do estado é inferior a R\$ 600 por mês e o grau de desigualdade permanece elevado, a proporção de pessoas vivendo em famílias com baixa renda também é elevada. De fato, mais de 40% da população do estado vive em famílias com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 300 e, por conseguinte, com um consumo diário inferior a R\$ 10, e 15% vive em famílias com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 150, o que corresponde a um consumo diário inferior a R\$ 5. Cumpre ressaltar, entretanto, que apenas 5% da população vive em famílias com renda mensal *per capita* inferior a cerca de R\$ 80 e, conseqüentemente, com um consumo diário inferior a R\$ 2,5 (gráfico 7).

5. A informação disponível se refere à renda normalmente recebida, investigada pela PNAD na primeira semana de outubro de 2008.

GRÁFICO 7

Distribuição da população segundo a renda domiciliar *per capita*: Espírito Santo, 2008

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 2008.

Considerando-se os valores de R\$ 151 e R\$ 129 por mês como sendo as rendas mínimas, *per capita*, que uma família necessitaria ter para satisfazer suas necessidades mais básicas, respectivamente, para as áreas urbanas e rurais do estado, pode-se classificar como pobres aqueles que vivem em famílias com renda *per capita* inferior a estes limites. Por esta definição, 15% da população do estado permanecem em situação de pobreza, apesar de a renda *per capita* do estado já ser quatro vezes a linha de pobreza urbana.⁶ Embora um quarto da renda do estado, se perfeitamente distribuída, já permitisse que todos os capixabas pudessem satisfazer suas necessidades mais básicas, 15% da população (cerca de 500 mil pessoas) permanecem ainda sem condições para satisfazer estas necessidades.

Como a renda média dos pobres no estado é cerca de dois terços da linha de pobreza, o volume de recursos necessários para aliviar toda a pobreza no estado seria o equivalente a uma transferência próxima a R\$ 50 por mês (equivalente a um terço da linha de pobreza) para cada um dos 500 mil pobres no estado. Assim, para eliminar toda a pobreza no estado seria suficiente transferir anualmente para as famílias pobres cerca de R\$ 300 milhões, menos de 1,5% da renda total das famílias capixabas – estimada em cerca de R\$ 25 bilhões por ano (tabela 4). O alívio completo da pobreza requereria a redistribuição de menos de 1,5% da renda já existente e, desta forma, encontra-se plenamente dentro das possibilidades fiscais do estado.

6. O IBGE recentemente propôs linhas de pobreza ligeiramente diferentes para a região Sudeste que se aplicariam ao estado: R\$ 193 para as áreas urbanas e R\$ 111 para as áreas rurais. Segundo estas linhas, 19% da população capixaba viveriam em famílias pobres em 2008.

TABELA 4

Indicadores de pobreza e extrema pobreza: Espírito Santo, 2008

Indicadores	Pobres	Extremamente pobres
Porcentagem de pobres	15,2	4,2
Renda média dos pobres (em R\$ por pessoa por mês) ¹	95	41
Distância média da renda dos pobres até a linha de pobreza (em R\$ por pessoa por mês) ¹	52	33
Renda total anual das famílias do estado (em bilhões de R\$) ¹	24	24
Volume anual de recursos necessários para erradicar a pobreza (em milhões de R\$) ¹	319	56
Número de pessoas pobres (em milhares)	510	142
Recursos necessários para erradicar a pobreza como porcentagem da renda das famílias	1,4	0,2

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 2008.

Nota: ¹ Valores expressos em R\$ de 2008.

O alívio completo da extrema pobreza requereria apenas um sexto destes recursos e poderia ser alcançado com 0,2% da renda das famílias capixabas, o que equivale a menos do que tipicamente elas consomem por dia. Em suma, toda a extrema pobreza do estado poderia ser aliviada caso cada família doasse para um fundo *um dia* de seu consumo anual que deveria ser distribuído aos mais pobres de forma perfeitamente focalizada.

Por fim, frise-se que toda a sociedade pode ser dividida em dois grupos em função do impacto que o aumento da sua renda tem sobre a desigualdade de renda no estado. De um lado, há os “ricos”, para os quais um aumento na renda levaria a um aumento na desigualdade e, de outro, há os “não ricos” para os quais ao menos um pequeno aumento na renda reduziria a desigualdade. No Espírito Santo de hoje, a “fronteira” entre estes dois grupos é de R\$ 634 por mês. Assim, qualquer aumento na renda de famílias com renda *per capita* mensal acima de R\$ 634 levaria a um aumento na desigualdade; aumentos na renda das famílias com renda *per capita* mensal abaixo de R\$ 634 levaria a uma redução na desigualdade (gráfico 7). Por esta classificação, cerca de um quarto da população do estado poderia ser considerada “rica”, detendo pouco mais de 60% da renda total do estado (tabela 1). No outro grupo, três quartos da população vivem com pouco menos de 40% da renda do estado.

3.2 A SITUAÇÃO DO ESTADO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Embora o progresso capixaba nos vinte anos em análise tenha sido bem mais veloz que o dos demais estados brasileiros, a distribuição de renda do estado permanece muito similar à média nacional. A renda *per capita* é apenas 2% inferior à média nacional e o grau de desigualdade é 5% inferior. Entretanto, graças a um custo de vida substancialmente mais baixo (30%), o grau de pobreza do estado é cerca de dez pontos percentuais inferior à média nacional (tabela 5).

TABELA 5

Grau de pobreza e desigualdade: regiões Sul e Sudeste e estado da Bahia, 2008

Unidades da Federação	Renda média (em R\$ por mês)	Coefficiente de Gini	Linha de pobreza (em R\$)	Porcentagem de pobres
Brasil	597	0,544	188	25,3
Região Sudeste	719	0,514	187	14,9
Espírito Santo	585	0,516	147	15,2
Rio de Janeiro	771	0,538	205	18,1
São Paulo	782	0,497	202	13,4
Minas Gerais	577	0,512	152	15,4
Região Sul	722	0,493	195	14,8
Paraná	694	0,499	189	15,6
Santa Catarina	767	0,463	186	9,3
Rio Grande do Sul	724	0,502	204	17,2
Bahia	375	0,559	191	46,0

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 2008.

Em relação às médias das regiões mais desenvolvidas do país (Sul e Sudeste), tem-se que a renda *per capita* do estado tende a ser 20% inferior, mas o grau de desigualdade é praticamente idêntico ao da região Sudeste e apenas 5% maior que o da região Sul. A despeito de seu maior grau de desigualdade e menor renda *per capita*, um menor custo de vida torna a proporção de pobres no estado apenas 3% maior que às médias para as regiões Sul e Sudeste.

A comparação com os estados das regiões mais desenvolvidas revela uma renda *per capita* de 15 a 25% inferior. A exceção é Minas Gerais, que tem uma renda *per capita* muito similar à capixaba. Em relação aos estados vizinhos, a comparação com a Bahia revela que a renda *per capita* capixaba é mais de 50% superior.

No que se refere ao grau de desigualdade, tem-se que o nível capixaba é bem mais elevado que o catarinense (mais de 10% maior) e um pouco maior que o dos demais estados da região Sul (Paraná e Rio Grande do Sul) e o do estado de São Paulo. Novamente, existe grande similaridade com relação a Minas Gerais. O grau de desigualdade é um pouco menor que o fluminense e consideravelmente inferior ao baiano.

Como resultado da grande similaridade em renda *per capita* e grau de desigualdade, a porcentagem de pobres no Espírito Santo e em Minas Gerais é praticamente idêntica. A pobreza capixaba, entretanto, é muito mais elevada que a catarinense (seis pontos percentuais maior) em função do seu maior grau de desigualdade e menor renda *per capita*. Apesar do custo de vida mais elevado, a pobreza é menor em São Paulo que no Espírito Santo, embora a diferença seja de apenas dois pontos percentuais (p.p.). Os demais estados das regiões Sul e Sudeste (Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro) têm um maior grau de pobreza devido, essencialmente, a um custo de vida mais elevado.⁷

Na Bahia a renda *per capita* é menor e o grau de desigualdade e o custo de vida são mais elevados que no Espírito Santo. Todos estes fatores contribuem para um

7. Estes resultados também são válidos quando as novas linhas de pobreza propostas pelo IBGE são utilizadas.

nível de pobreza muito mais elevado (três vezes maior) na Bahia. Esta elevadíssima diferença em pobreza entre os dois estados coloca certamente um grande desafio para o Espírito Santo: reduzir sua pobreza de forma sustentável tendo como vizinho um estado com uma população quatro vezes maior e com um grau de pobreza três vezes maior. Em princípio, diferenciais de pobreza desta magnitude deveriam induzir fluxos migratórios significativos. Dadas as diferenças populacionais entre os estados, mesmo que estes fluxos representem apenas uma pequena parcela da população baiana, poderão representar uma parcela significativa da população capixaba.

3.3 ESTABELECENDO METAS

Conforme visto, no período de 1988 a 2008 a renda *per capita* cresceu quase 60% (mais de 2% ao ano) e a iniquidade declinou 20% (cerca de 1% ao ano), o que levou o grau de pobreza no estado a se reduzir a menos de um terço de seu valor inicial. Mas, conforme procurou-se demonstrar, apesar deste progresso exuberante, os graus de pobreza e de desigualdade continuam a ser preocupantes. Logo, a pergunta que se segue é por quanto tempo seria necessário manter este ritmo vigoroso de progresso para que o estado atingisse níveis de pobreza e de desigualdade que fossem ao menos “adequados” ao seu grau de desenvolvimento.

Para que esta indagação possa ser respondida é necessário, em primeiro lugar, que se estabeleça o que seriam níveis “adequados” de pobreza e de desigualdade para o estado. Como a renda *per capita* do estado é muito similar à do país, uma alternativa seria considerar como graus de pobreza e de desigualdade aceitáveis para o estado aqueles correspondentes aos países com uma renda *per capita* similar à brasileira.

Com o objetivo de obter estes padrões, serão permitidas variações no grau de desigualdade por nível de desenvolvimento, mas será considerado desejável que estas variações não levem a mudanças na ordenação dos países caso o critério de ordenação utilizado seja a renda média, a renda dos mais pobres ou a dos mais ricos.

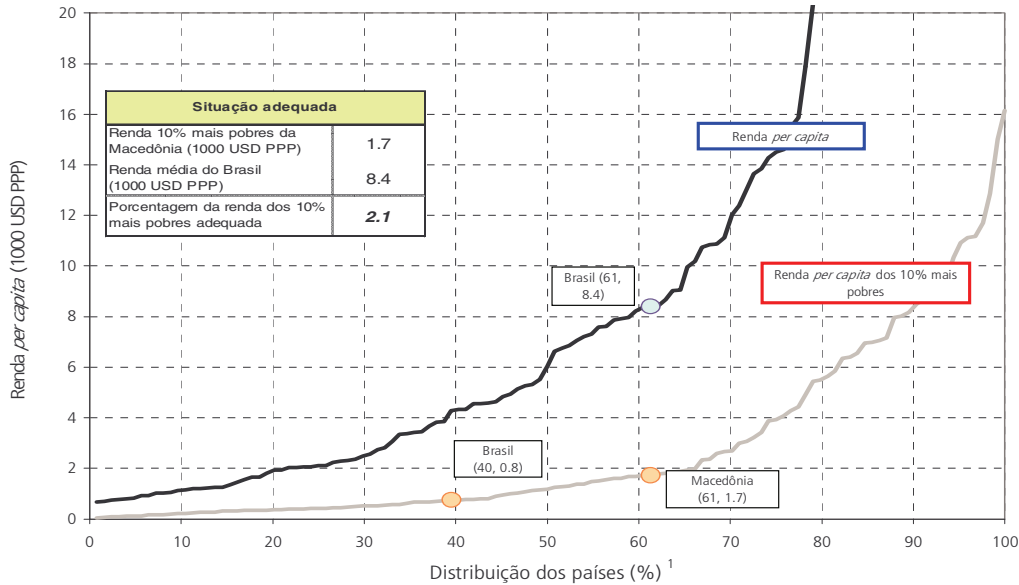
Uma vez adotada esta condição, a situação da desigualdade e da pobreza no país seria considerada adequada sempre que sua posição no mundo segundo a renda média não fosse melhor que sua posição segundo a renda dos mais pobres. Este mesmo critério pode ser utilizado para determinar qual deveria ser a renda “adequada” dos mais pobres, dada a renda média brasileira, e quais os graus “adequados” de pobreza e desigualdade.

De acordo com as distribuições dos países segundo a renda *per capita* e com a renda dos mais pobres, a renda “adequada” dos mais pobres num dado país seria aquela que garante a mesma posição que a alcançada pela renda *per capita*. Assim, “adequado” para o Brasil, por exemplo, seria que a renda dos 10% mais pobres fosse igual à do grupo correspondente na Macedônia e que a renda dos 20% mais pobres fosse igual à do grupo correspondente na Turquia.⁸ Neste caso, a renda dos 10% mais pobres seria ao menos 21% da renda média e a dos 20% mais pobres ao menos 26% da renda média (gráficos 8a e 8b).

8. O país que apresenta na distribuição de renda *per capita* dos 10% mais pobres a mesma posição que o Brasil ocupa na distribuição da renda média (posição 61) é a Macedônia. Assim, se os 10% mais pobres do Brasil tivessem a mesma renda média dos 10% mais pobres da Macedônia, elas se apropriariam de 2,1% da renda do país (e não dos 1,2% atuais), conforme mostram o gráfico 8a e a tabela 6.

GRÁFICO 8a

Distribuição dos países segundo renda *per capita* total e dos 10% mais pobres

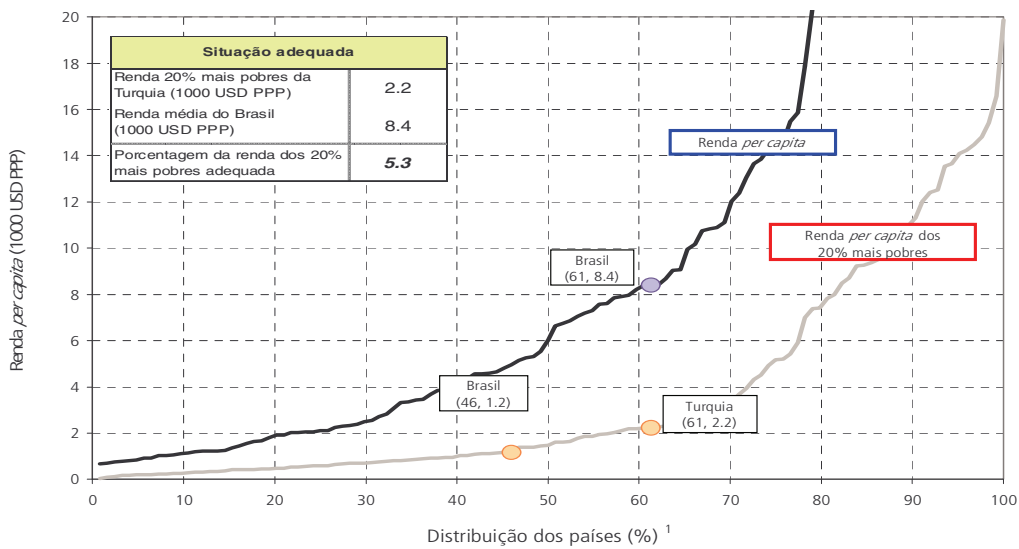


Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nota: ¹ Estão sendo considerados 124 países para os quais existem a informação.

GRÁFICO 8b

Distribuição dos países segundo renda *per capita* total e dos 20% mais pobres



Fonte: Estimativas produzidas com base no Human Development Report (2007-2008), PNUD.

Nota: ¹ Estão sendo considerados 124 países para os quais existem a informação.

Tendo em vista que o “adequado” para o estado é similar ao “adequado” para o Brasil, a renda “adequada” para os mais pobres no Espírito Santo e os graus de pobreza e desigualdade “adequados” podem ser imediatamente determinados. Como existe igualdade entre a razão da renda média de um grupo e a média global, e a razão da participação do grupo na renda total e sua participação na população, segue que o “adequado” seria que os 10% mais pobres detivessem 2,1% da renda total em lugar dos 1,2% atuais, e que os 20% mais pobres detivessem 5,3% da renda total em vez dos 3,7%

atuais (tabela 6).⁹ Sendo a renda média do estado R\$ 585, seguindo este critério, a renda “adequada” dos 10% mais pobres deveria ser R\$ 120 em vez dos R\$ 72 atuais, e a renda dos 20% mais pobres deveria ser R\$ 155 em lugar dos R\$ 109 atuais.

TABELA 6

Evolução dos indicadores de distribuição de renda e tempo para alcançar a distribuição adequada¹: Espírito Santo, 2003 e 2008

Indicadores	Espírito Santo			Adequado ¹	Progresso anual entre 2003 e 2008 sem crescimento (%)	Hiato entre 2008 e adequado ¹		Tempo para alcançar o adequado ¹ (em anos)
	2003	2008 sem crescimento	2008			Absoluto	(%)	
Porcentagem da renda apropriada (%)								
10% mais pobres	0,9	1,2	1,2	2,1	5,3	0,8	67	15
20% mais pobres	3,1	3,7	3,7	5,3	4,1	1,6	42	12
Renda média (em R\$ por mês)								
10% mais pobres	42	54	72	120	5,3	48,3	67	8
20% mais pobres	67	83	109	155	4,1	45,8	42	5
Porcentagem de pobres	29	23	15	8	-4,8	-7,1	-46	2

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 2003 e 2008.

Nota: ¹ A distribuição adequada foi obtida considerando dados dos países do mundo com base no Human Development Report (HDR) de 2007/2008. Essa distribuição pode ser observada no gráfico 8.

Diante das estimativas de quais deveriam ser as participações dos grupos mais pobres, por interpolação podem-se obter as participações para os demais grupos e, a partir delas, definir o que seria um grau de pobreza “adequado”. O resultado obtido mostra que, caso o grau de desigualdade do estado estivesse alinhado com o que se deveria esperar de um estado com o nível de renda já alcançado pelo Espírito Santo, então, o grau de pobreza seria próximo a 8% e, portanto, inferior inclusive ao de Santa Catarina hoje (tabela 6).

3.4 TEMPO NECESSÁRIO PARA SE ALCANÇAREM AS METAS

Atualmente, como a renda dos 10% mais pobres é 12% da renda média do estado e a dos 20% mais pobres é 19%, a participação do primeiro grupo na renda total é de 1,2% e a do segundo grupo, de 3,7% (tabela 1). Em virtude de os níveis considerados adequados serem de 2,1% e 5,3%, respectivamente, tem-se que para o estado alcançar este padrão de desigualdade é necessário que a renda dos 10% mais pobres cresça 67% a mais que a média do estado e que a renda dos 20% mais pobres cresça 42% a mais que a média do estado (tabela 6).

Desde o início do novo milênio, a renda dos 10% mais pobres cresceu, em média, 11% ao ano, enquanto a média do estado cresceu, em média, 6% ao ano. Assim, a diferença na taxa de crescimento foi de cinco p.p., em média, por ano (tabela 2). Mantido tal padrão, seriam necessários 15 anos adicionais para que a renda média deste grupo crescesse 67% a mais que a média e, portanto, para que, por este critério, os graus de pobreza e desigualdade do estado atingissem níveis “adequados” (tabela 6).

De forma similar, a renda dos 20% mais pobres cresceu, em média, 10% ao ano, quer dizer, quatro p.p. acima da média para o estado. Mantido este padrão seriam

9. Raciocínio similar ao realizado na comparação do Brasil com a Macedônia.

necessários 12 anos adicionais para que a renda deste grupo crescesse 42% a mais que a média e, desta forma, os graus de desigualdade e pobreza do estado atingissem níveis “adequados”.

Por fim, viu-se que para o estado atingir um grau de pobreza “adequado” frente ao seu nível de desenvolvimento seria necessário que a pobreza declinasse sete pontos percentuais (uma redução de 46%), sem a ajuda de qualquer crescimento econômico. Tendo em vista que no período de 2003 a 2008 o grau de pobreza declinou 12% ao ano (tabela 2), sendo que metade desta queda se deveu à redução no grau de desigualdade, tem-se que se a pobreza continuasse a declinar 6% ao ano, em função da queda histórica na desigualdade, seriam necessários menos de três anos adicionais para que a pobreza atingisse um nível considerado “adequado”, nível que colocaria o estado em sintonia com sociedades onde o grau de desenvolvimento econômico é similar.

4 DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA NA POBREZA E NA DESIGUALDADE

Uma vez que a natureza da pobreza encontra-se em permanente transformação, o fato de que as políticas atuais têm sido comprovadamente efetivas no combate à pobreza não implica que o sucesso no futuro possa ser alcançado com a continuidade das mesmas. Para reduzir de forma contínua a pobreza é necessário que o leque de políticas públicas se adéque às mudanças no ambiente socioeconômico e à própria natureza da pobreza. Para que se alcance o sucesso no combate à pobreza é necessário monitorar continuamente mudanças na natureza da pobreza e adequar políticas públicas a estas mudanças.

4.1 IDENTIFICANDO OS DETERMINANTES IMEDIATOS

O desenvolvimento de métodos que permitam identificar e quantificar os determinantes últimos da pobreza e da desigualdade permanece um grande desafio no campo das ciências sociais. A identificação dos seus determinantes mais imediatos, todavia, pode ser facilmente realizada e tem-se demonstrado de grande utilidade para o desenho de políticas de combate à pobreza e à desigualdade. Por este motivo, esta seção concentrar-se-á nos determinantes mais imediatos.¹⁰

A análise destes determinantes baseia-se totalmente no fato de a renda *per capita*, y , de uma família ou grupo de famílias poder sempre ser expressa como função de seus determinantes mais imediatos:

$$y = a(n + u.w),$$

10. Vale ressaltar que, apesar de a análise se limitar à identificação dos determinantes mais próximos, este é apenas um primeiro passo, com a identificação destes determinantes servindo como uma espécie de filtro, na medida em que identifica os fatores que mais contribuíram e, portanto, aqueles que se deve investigar em maior profundidade. Para o Brasil, uma análise da contribuição das mudanças na distribuição da renda não derivada do trabalho para a queda da desigualdade pode ser encontrada em Barros, Carvalho e Franco (2007) e Barros *et al.* (2006); para uma análise do papel das mudanças na estrutura salarial, ver Barros, Franco e Mendonça (2006a,b). Para uma análise aprofundada do papel das transformações demográficas na queda da desigualdade no Brasil ver Wajman, Turra e Agostinho (2006).

onde a denota a porcentagem de adultos, n a renda não derivada do trabalho por adulto, u a porcentagem de adultos ocupados, e w a renda do trabalho por trabalhador. Como essa expressão é uma identidade, qualquer mudança na distribuição de renda tem que estar relacionada a alguma mudança na distribuição conjunta de seus determinantes próximos (a, n, u, w) . Assim, nesta seção não se identificam apenas alguns, mas todos os canais que levaram a reduções no grau de desigualdade, pobreza e extrema pobreza.¹¹

Se os subscritos 0 e 1 denotam a situação final e inicial, a variação na renda de um grupo qualquer de famílias entre estes dois instantes pode ser decomposta da seguinte forma:

$$\Delta = y_1 - y_0 = \Delta_a + \Delta_n + \Delta_u + \Delta_w,$$

onde a parcela decorrente da mudança na porcentagem de adultos, Δ_a , é dada por:

$$\Delta_a = a_1(n_0 + u_0 \cdot w_0) - a_0(n_0 + u_0 \cdot w_0).$$

A parcela decorrente da mudança na renda não derivada do trabalho por adulto, Δ_n , é dada por:

$$\Delta_n = a_1(n_1 + u_0 \cdot w_0) - a_1(n_0 + u_0 \cdot w_0)$$

e as parcelas devidas às mudanças na taxa de ocupação, Δ_u , e na renda por trabalhador, Δ_w , são definidas, de forma análoga, por:

$$\Delta_u = a_1(n_1 + u_1 \cdot w_0) - a_1(n_1 + u_0 \cdot w_0)$$

$$\Delta_w = a_1(n_1 + u_1 \cdot w_1) - a_1(n_1 + u_1 \cdot w_0).$$

Estas expressões podem ser utilizadas para se quantificarem os determinantes do crescimento, ao longo da década compreendida entre 1998 e 2008, na renda *per capita* de vários subgrupos como, por exemplo, os 10% mais pobres, e também do declínio na desigualdade. Podem ser utilizadas as mesmas expressões para identificar os fatores que explicam por que, no Espírito Santo, o grau de desigualdade seja mais elevado e os pobres sejam mais pobres que os correspondentes grupos nos estados mais desenvolvidos do país. Os resultados obtidos são apresentados e analisados nas próximas subseções.

4.2 QUANTIFICANDO AS CONTRIBUIÇÕES PARA A QUEDA NA POBREZA E NA DESIGUALDADE

Conforme visto, ao longo da última década a renda *per capita* dos 10% mais pobres praticamente dobrou (94% de aumento), passando de R\$ 37 para R\$ 72 por mês. Neste mesmo período a renda dos 20% mais pobres cresceu 83%. Como a renda dos 20% mais ricos cresceu a um passo bem mais lento (apenas 16%), a razão entre as duas rendas, que é a medida do grau de desigualdade utilizado nesta seção, declinou para menos de dois terços de seu valor original (tabela 7a).

11. Barros *et al.* (2006b) apresentam a metodologia necessária para decompor variações no grau de desigualdade em componentes devido a variações em cada uma das distribuições marginais e associadas.

TABELA 7a

Componentes da renda *per capita* total, entre os 10% e 20% mais pobres e entre os 20% mais ricos da distribuição da população segundo a renda *per capita*: Espírito Santo, 1998 e 2008

Distribuição	Renda <i>per capita</i> (R\$/mês)	Porcentagem de adultos	Renda não derivada do trabalho por adulto (R\$/mês)	Porcentagem de adultos ocupados	Renda do trabalho por trabalhador (R\$/mês)
1998					
Total	456	69	149	64	800
10% mais pobres	37	51	4	57	120
20% mais pobres	60	52	11	61	167
20% mais ricos	1420	80	442	67	1997
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	24	2	39	1	12
2008					
Total	585	76	183	66	892
10% mais pobres	72	54	30	47	221
20% mais pobres	109	58	37	55	273
20% mais ricos	1654	87	469	70	2037
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	15	1	13	1	7
Taxa de crescimento (1998-2008)					
Total	28	10	23	2	11
10% mais pobres	94	5	697	-18	84
20% mais pobres	83	11	230	-10	64
20% mais ricos	16	10	6	4	2
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	-36	-1	-68	16	-38

Fonte: Estimativas produzidas com base nos dados da PNAD/IBGE de 1998 e 2008.

Dos quatro determinantes imediatos considerados, de longe, o que mais explica estas melhorias na distribuição de renda é a renda do trabalho por trabalhador. Ao longo da última década, entre os 10% mais pobres, a renda do trabalho por trabalhador cresceu 84%. Entre os 20% mais pobres o crescimento foi de 64% e, entre os 20% mais ricos, o crescimento foi de apenas 2%. Este acentuado crescimento na renda do trabalho nas famílias mais pobres explica quase três quartos do crescimento na renda *per capita* dos 10% mais pobres, mais de dois terços da melhoria na renda *per capita* dos 20% mais pobres, e três quartos da acentuada redução na desigualdade medida pela razão entre a renda *per capita* dos 20% mais ricos e 20% mais pobres (tabela 7b).

TABELA 7b

Contribuição de cada componente da renda *per capita* para a variação total entre 1998 e 2008: Espírito Santo

(Em R\$ por mês)

Distribuição	Total	10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres
Distribuição contrafactual					
1998	456	37	60	1420	24
Com percentagem de adultos de 2008	504	39	66	1556	24
Com percentagem de adultos e renda não trabalho por adulto de 2008	530	53	81	1580	19
Com percentagem de adultos, renda não trabalho por adulto e percentagem de adultos ocupados de 2008	539	46	75	1629	22
2008	585	72	109	1654	15
Variação					
Total	128	35	50	234	-9
Porcentagem de adultos	47	2	7	136	0
Renda não derivada do trabalho por adulto	26	14	15	24	-4
Porcentagem de adultos ocupados	9	-6	-6	50	2
Renda do trabalho por trabalhador	46	25	34	25	-7
Contribuição para a variação total (%)					
Porcentagem de adultos	37	5	13	58	4
Renda não derivada do trabalho por adulto	20	40	30	10	47
Porcentagem de adultos ocupados	7	-19	-13	21	-26
Renda do trabalho por trabalhador	36	73	69	11	75

Fonte: Estimativas produzidas com base nos dados da PNAD/IBGE de 1998 e 2008.

De 1998 a 2008, a renda não derivada do trabalho também cresceu de forma acentuada, em particular, entre os mais pobres. Entre os 10% mais pobres a renda não derivada do trabalho multiplicou-se por oito, enquanto entre os 20% mais pobres ela mais que triplicou. Embora tenha havido aumento também entre os 20% mais ricos, este foi de apenas 6% (tabela 7a). Assim, apesar de representar apenas cerca de um quarto da renda familiar, este acentuado crescimento na renda não derivada do trabalho ao longo da década, em particular entre os mais pobres, contribuiu de forma significativa para a redução tanto da pobreza quanto da desigualdade. De fato, a maior renda não derivada do trabalho explica de 30 a 40% do crescimento da renda *per capita* dos mais pobres, e quase metade da queda na desigualdade (tabela 7b).

Ao nível do estado, a percentagem de adultos ocupados pouco se alterou ao longo da última década. Entretanto, entre os mais pobres, em particular entre os 10% mais pobres, ela declinou de forma significativa (18%). Por conseguinte, este componente da renda *per capita* em nada contribuiu para a queda na pobreza (crescimento na renda dos mais pobres). Além disso, como a percentagem de adultos ocupados cresceu 4% entre os mais ricos, este componente tampouco contribuiu para a queda na desigualdade que marcou a última década (tabelas 7a e 7b).

Por fim, ao longo da última década, a percentagem de adultos nas famílias capixabas cresceu apenas ligeiramente entre os 10% mais pobres. Por este motivo, sua contribuição para a redução da pobreza e da desigualdade no estado foi pequena. De fato, apenas 5% do crescimento na renda dos 10% mais pobres decorreram destas mudanças demográficas. Entre os 20% mais pobres, entretanto, o aumento na

porcentagem de adultos foi mais elevado – cerca de 10%. Por conseguinte, quase 13% do crescimento na renda *per capita* dos 20% mais pobres decorreu destas mudanças demográficas. Como o crescimento observado entre os 20% mais ricos foi ligeiramente inferior ao verificado entre os 20% mais pobres, a contribuição destas mudanças demográficas para a queda na desigualdade, medida pela razão entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres, foi de apenas 4% (tabelas 7a e 7b).

4.3 DETERMINANTES DA MAIOR POBREZA E DESIGUALDADE NO ESTADO

Nesta subseção serão investigados os fatores determinantes dos maiores graus de pobreza e desigualdade no Espírito Santo em relação a dois estados mais desenvolvidos: São Paulo e Santa Catarina. Nestas comparações a atenção será restrita à renda dos 20% mais pobres e à razão entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres.

Em São Paulo, a renda dos 20% mais pobres é quase 50% maior do que a renda deste mesmo grupo no Espírito Santo; a desigualdade, medida pela razão entre a renda dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres, é 12% menor (tabela 8a). São estas as diferenças cujos determinantes imediatos esta subseção procurará explicar.

O fator mais importante, tanto para explicar a menor renda dos pobres quanto o maior grau de desigualdade, definitivamente, é a renda do trabalho por trabalhador. Entre os 20% mais pobres, esta renda é 76% maior em São Paulo, mas entre os 20% mais ricos é apenas de 30% maior (tabela 8a). Consequentemente, diferenças na renda do trabalho por trabalhador e, portanto, na produtividade do trabalho, explicam praticamente toda a diferença em pobreza e desigualdade entre São Paulo e Espírito Santo (tabela 8b).

TABELA 8a

Componentes da renda per capita total, entre os 20% mais pobres e entre os 20% mais ricos da distribuição da população segundo a renda *per capita*. Espírito Santo e São Paulo, 2008

Distribuição	Renda <i>per capita</i> (R\$/mês)	Porcentagem de adultos	Renda não derivada do trabalho por adulto (R\$/mês)	Porcentagem de adultos ocupados	Renda do trabalho por trabalhador (R\$/mês)
Espírito Santo					
Total	585	76	183	66	892
20% mais pobres	109	58	37	55	273
20% mais ricos	1654	87	469	70	2037
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	15	1	13	1	7
São Paulo					
Total	782	78	212	63	1251
20% mais pobres	160	60	51	45	480
20% mais ricos	2147	90	532	70	2655
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	13	1	10	2	6
Variação percentual (ES-SP)					
Total	34	3	16	-4	40
20% mais pobres	47	3	39	-19	76
20% mais ricos	30	3	13	0	30
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	-12	-1	-18	23	-26

Fonte: Estimativas produzidas com base nos dados da PNAD/IBGE de 2008.

TABELA 8b

Contribuição de cada componente da renda *per capita* para a variação total entre Espírito Santo e São Paulo: 2008

(Em R\$ por mês)

Distribuição	Total	20% mais pobres	20% mais ricos	Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres
Distribuição contrafactual				
Espírito Santo	585	109	1654	15
Com porcentagem de adultos de São Paulo	601	113	1699	15
Com porcentagem de adultos e renda não trabalho por adulto de São Paulo	624	121	1755	14
Com porcentagem de adultos, renda não trabalho por adulto e porcentagem de adultos ocupados de São Paulo	605	105	1758	17
São Paulo	782	160	2147	13
Variação				
Total	197	51	493	-2
Porcentagem de adultos	16	4	46	0
Renda não derivada do trabalho por adulto	23	9	56	-1
Porcentagem de adultos ocupados	-19	-17	3	2
Renda do trabalho por trabalhador	177	56	389	-3
Contribuição para a variação total (%)				
Porcentagem de adultos	8	7	9	5
Renda não derivada do trabalho por adulto	12	17	11	34
Porcentagem de adultos ocupados	-10	-33	1	-133
Renda do trabalho por trabalhador	90	109	79	194

Fonte: Estimativas produzidas com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008.

Com relação à porcentagem de adultos ocupados a situação relativa se inverte, em particular, entre os mais pobres. Neste caso, São Paulo é o estado onde a situação é pior. Enquanto no Espírito Santo 55% dos adultos nas famílias mais pobres trabalham, em São Paulo esta porcentagem é apenas de 45% (tabela 8a). Entre os 20% mais ricos, entretanto, a proporção de ocupados é 70% nos dois estados. Por conseguinte, este componente da renda *per capita* é incapaz de explicar qualquer parcela da maior pobreza e desigualdade capixabas (tabela 8b).

As diferenças na renda não derivada do trabalho explicam parte da maior pobreza e desigualdade capixaba. A renda não derivada do trabalho é 40% maior entre as famílias mais pobres em São Paulo. Entre as mais ricas, no entanto, esta renda é apenas 13% maior em São Paulo (tabela 8a). Estas diferenças explicam 17% da menor renda dos mais pobres no Espírito Santo e 34% do maior grau de desigualdade (tabela 8b).

No que diz respeito ao componente demográfico, a situação no Espírito Santo é ligeiramente mais precária. A porcentagem de adultos tanto entre os mais pobres quanto entre os mais ricos é 3% maior em São Paulo (tabela 8a). Como consequência destas pequenas diferenças, os fatores demográficos explicam apenas 7% da maior pobreza e 5% do maior grau de desigualdade capixaba em relação a São Paulo (tabela 8b).

Em resumo, os maiores níveis de pobreza e de desigualdade do Espírito Santo em relação a São Paulo devem-se, fundamentalmente, às diferenças na distribuição da

renda do trabalho entre os ocupados. Um menor e mais desigual acesso à renda não derivada do trabalho e, em menor extensão, fatores demográficos relativamente mais desfavoráveis contribuem de forma mais modesta. O fator que definitivamente não explica a maior pobreza ou desigualdade capixaba é um acesso mais limitado ou mais desigual ao trabalho, medido pela porcentagem de adultos ocupados. No Espírito Santo, apesar de os pobres serem bem mais pobres do que em São Paulo, a porcentagem de adultos ocupados é maior, em particular entre os mais pobres. Portanto, a maior pobreza capixaba resulta da baixa produtividade do trabalho e não da falta deste.

Em relação a Santa Catarina, as diferenças em pobreza e desigualdade são ainda maiores do que em relação a São Paulo. A renda dos 20% mais pobres, que em São Paulo é 47% maior que no Espírito Santo, em Santa Catarina é 64% maior. O grau de desigualdade que é 12% menor em São Paulo é 26% menor em Santa Catarina (tabela 9a). As razões para estas diferenças em pobreza e desigualdade, contudo, são similares.

TABELA 9a

Componentes da renda per capita total, entre os 20% mais pobres e entre os 20% mais ricos da distribuição da população segundo a renda per capita. Espírito Santo e Santa Catarina, 2008

Distribuição	Renda per capita (R\$/mês)	Porcentagem de adultos	Renda não derivada do trabalho por adulto (R\$/mês)	Porcentagem de adultos ocupados	Renda do trabalho por trabalhador (R\$/mês)
Espírito Santo					
Total	585	76	183	66	892
20% mais pobres	109	58	37	55	273
20% mais ricos	1654	87	469	70	2037
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	15	1	13	1	7
Santa Catarina					
Total	767	78	224	68	1118
20% mais pobres	178	59	57	56	440
20% mais ricos	1993	89	516	74	2346
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	11	2	9	1	5
Variação percentual (ES-SC)					
Total	31	2	22	4	25
20% mais pobres	64	1	53	2	61
20% mais ricos	21	2	10	5	15
Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres	-26	1	-28	3	-29

Fonte: Estimativas produzidas com base nos dados PNAD/IBGE de 2008.

As diferenças em renda do trabalho por trabalhador, embora permaneçam elevadas são bem menores que as existentes entre capixabas e paulistas. Por este motivo, respondem por uma parcela menor, embora ainda majoritária, das diferenças em pobreza e desigualdade entre os dois estados. De fato, quase 80% da menor renda dos mais pobres no Espírito Santo resultam de uma menor renda do trabalho, e quase 85% da maior desigualdade no estado resultam de um hiato mais amplo na renda do trabalho entre ricos e pobres no Espírito Santo que em Santa Catarina (tabela 9b).

TABELA 9b

Contribuição de cada componente da renda *per capita* para a variação total entre Espírito Santo e Santa Catarina: 2008

(Em R\$ por mês)

Distribuição	Total	20% mais pobres	20% mais ricos	Razão entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres
Distribuição contrafactual				
Espírito Santo	585	109	1654	15
Com porcentagem de adultos de Santa Catarina	598	110	1683	15
Com porcentagem de adultos e renda não trabalho por adulto de Santa Catarina	629	121	1724	14
Com porcentagem de adultos, renda não trabalho por adulto e porcentagem de adultos ocupados de Santa Catarina	647	123	1791	15
Santa Catarina	767	178	1993	11
Variação				
Total	182	69	340	-4
Porcentagem de adultos	13	1	29	0
Renda não derivada do trabalho por adulto	32	12	41	-1
Porcentagem de adultos ocupados	17	2	67	0
Renda do trabalho por trabalhador	120	55	202	-3
Contribuição para a variação total (%)				
Porcentagem de adultos	7	1	9	-4
Renda não derivada do trabalho por adulto	17	17	12	28
Porcentagem de adultos ocupados	9	3	20	-8
Renda do trabalho por trabalhador	66	79	59	84

Fonte: Estimativas produzidas com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008.

Como na comparação com São Paulo, não é o pior ou mais desigual acesso ao trabalho que faz com que a pobreza e a desigualdade sejam maiores no Espírito Santo. De fato, a porcentagem de adultos ocupados entre os mais pobres no Espírito Santo e Santa Catarina é muito similar, não explicando assim o mais alto grau de pobreza capixaba. Além disso, como a desigualdade de acesso ao trabalho entre pobres e ricos é ligeiramente maior em Santa Catarina, este fator tampouco contribui para explicar a maior desigualdade capixaba (tabelas 9a e 9b).

As diferenças em renda não derivada do trabalho mostram-se bem mais elevadas do que as obtidas na comparação com São Paulo. Entre os mais pobres, em Santa Catarina esta renda é 53% maior que no Espírito Santo, enquanto que entre os mais ricos é apenas 10% maior (tabela 9a). Dada a magnitude destas diferenças, a renda não derivada do trabalho explica quase 20% da maior pobreza capixaba e quase 30% do seu maior grau de desigualdade (tabelas 9a e 9b).

As diferenças demográficas entre os mais pobres são quase nulas e, portanto, inferiores às encontradas na comparação com São Paulo. Por conseguinte, a contribuição deste fator para explicar a maior pobreza no Espírito Santo em relação a Santa Catarina é praticamente inexistente. No caso de Santa Catarina, ao contrário da comparação com São Paulo, a diferença entre os mais ricos é mais elevada do que entre os mais pobres, indicando que as diferenças demográficas entre pobres e ricos

no Espírito Santo são menores do que em Santa Catarina. Conclui-se que o fator demográfico não contribui em nada para explicar a maior desigualdade no Espírito Santo (tabelas 9a e 9b).

Em suma, também em relação a Santa Catarina, a pobreza e a desigualdade de renda são mais elevadas no Espírito Santo primordialmente devido às diferenças no nível e na desigualdade na produtividade do trabalho, medida pela renda do trabalho. Como na comparação com São Paulo, diferenças na porcentagem de adultos ocupados não contribuem em nada para a maior pobreza e desigualdade no estado. Mas, como as diferenças em renda não derivada do trabalho entre os dois estados são substanciais, elas acabam também contribuindo para explicar boa parte da maior pobreza e desigualdade no Espírito Santo.

4.4 PERFIL DA POBREZA

De acordo com o exposto, segundo as estimativas mais recentes referentes a 2008, 15% da população capixaba vivem em famílias pobres, isto é, com renda *per capita* inferior à linha de pobreza. A incidência da pobreza, entretanto, não é a mesma para todos os grupos sociais. Estas diferenças podem ser avaliadas através do contraste do grau de pobreza de cada grupo com a média para a população capixaba, ou através do contraste da representatividade do grupo na população e no grupo dos pobres (tabela 10).

TABELA 10
Distribuição da pobreza por grupo socioeconômico: Espírito Santo, 2008

Grupos socioeconômicos	Distribuição da população (%)	Porcentagem de pobres	Distribuição dos pobres (%)	Razão entre a pobreza no grupo e a média do estado
Total	-	15	-	100
Cor				
Negro	56	19	71	127
Gênero				
Mulher	51	16	54	105
Área				
Rural	18	22	26	147
Tamanho do município				
Não autorrepresentativo	44	19	55	124
Posição na ocupação				
Desempregado	2	52	7	341
Inativo	21	20	27	130
Sem carteira	16	31	32	204
Setor de atividades				
Agropecuária	19	22	25	148
Nível educacional				
0 a 4	44	22	63	144
5 a 8	22	20	28	129
Faixa etária				
0 a 14	24	28	44	182
65 e mais	8	2	1	16

Fonte: Estimativas obtidas com base na PNAD/IBGE de 2008.

O objetivo desta subseção é identificar quais os grupos sociais mais vulneráveis no estado. Para isso, serão considerados vulneráveis os grupos com grau de pobreza 20% acima da média para o estado. Utilizando essa regra, pode-se observar uma considerável concentração da pobreza em alguns grupos socioeconômicos (tabela 10).

Entre os negros a prevalência da pobreza é quase 30% mais elevada que para a média da população. Por conseguinte, embora 56% da população do estado seja negra, 71% dos pobres capixabas são negros. A pobreza se encontra ainda mais concentrada nas áreas rurais, onde sua incidência é 47% maior que a média para o estado. Com relação ao tamanho do município a pobreza também se encontra concentrada nos municípios pequenos, onde ela é 24% mais elevada do que a média para o estado.

A concentração da pobreza entre crianças é também muito clara. Embora apenas 24% da população do estado seja formada de pessoas com menos de 15 anos, 44% dos pobres encontram-se neste grupo etário. De fato, a incidência da pobreza no grupo (28%) é quase o dobro da média para o estado (15%). A incidência da pobreza entre os idosos é de apenas 2%, ou seja, mais de dez vezes menor que a encontrada entre as crianças.

Com relação ao nível educacional do chefe do domicílio a pobreza encontra-se também bastante concentrada. Sua incidência é 44% superior à média em domicílios cujo chefe tem no máximo a quarta série completa, e quase 30% acima da média naqueles cujo chefe tem entre a quinta e a oitava série completa.

A posição na ocupação do chefe do domicílio também tem grande relação com a pobreza. O fato de maior destaque é a elevadíssima incidência da pobreza em domicílios chefiados por um desempregado. Mais da metade destes domicílios são pobres, indicando uma incidência de pobreza mais de três vezes superior à média para o estado. Entretanto, apenas 2% da população do estado vivem em domicílios cujo chefe encontra-se desempregado.

Em menor extensão, a pobreza também se encontra concentrada nos domicílios cujos chefes são inativos, ou trabalham na agricultura, e de maior importância nos domicílios chefiados por empregados sem carteira. No caso dos domicílios chefiados por empregados sem carteira, a incidência da pobreza chega a ser duas vezes a média estadual. Quase um terço da população pobre do estado vive em domicílios com chefes nesta situação, embora este grupo compreenda apenas 16% da população total do estado.

Se, individualmente, cada uma destas características eleva a probabilidade de uma pessoa ser pobre, em conjunto elas podem ter um impacto devastador sobre a prevalência da pobreza. De fato, no estado, é de apenas 1% a probabilidade de ser pobre uma família chefiada por um homem branco, de 40 anos, morador da área urbana de uma grande cidade, com educação média e empregado com carteira na indústria. Em contrapartida, a correspondente probabilidade para uma criança de cinco anos, negra, vivendo na área rural de uma pequena cidade do interior, numa

família cujo chefe é analfabeto funcional e encontra-se empregado sem carteira na agricultura é de 58%.¹²

5 PERSPECTIVAS PARA REDUÇÃO NA POBREZA

Na seção 3 argumentou-se que para o estado atingir um nível de pobreza “adequado” ao seu grau de desenvolvimento seria necessário que, apenas com base em reduções no grau de desigualdade, o grau de pobreza fosse reduzido em sete pontos percentuais, pouco menos da metade do seu valor atual. Estimou-se que, sem a ajuda do crescimento econômico, e mantido o passo com que a desigualdade vem declinando no estado, seriam necessários cerca de 15 anos para que este objetivo pudesse ser alcançado.

Como o crescimento econômico ao longo das duas últimas décadas tem contribuído para a redução na pobreza tanto quanto as reduções no grau de desigualdade, se sua contribuição for contabilizada seria possível alcançar a meta estabelecida na metade do tempo, ou seja, em 7,5 anos.

Assim, uma meta ousada, porém factível, para os anos de 2008 a 2013, seria repetir o desempenho do quinquênio anterior, reduzindo a pobreza à metade. Vale ressaltar que esta meta é cinco vezes mais ousada do que a preconizada pelo primeiro ODM, que estabelece um prazo de 25 anos para a redução da pobreza à metade. Nesta seção investigam-se diferentes cenários capazes de gerar esta redução na pobreza no quinquênio de 2008 a 2013 (redução da pobreza a 7,6% até 2013).

5.1 NECESSIDADE DE CRESCIMENTO E REDUÇÕES NO GRAU DE DESIGUALDADE

Reduções no grau de pobreza podem ser alcançadas via crescimento econômico, reduções no grau de desigualdade ou uma combinação de ambos. Assim, existem diversas combinações possíveis de crescimento e redução na desigualdade capazes de reduzir a pobreza do estado à metade, isto é, reduzir a pobreza em 7,6 pontos percentuais (gráfico 9).

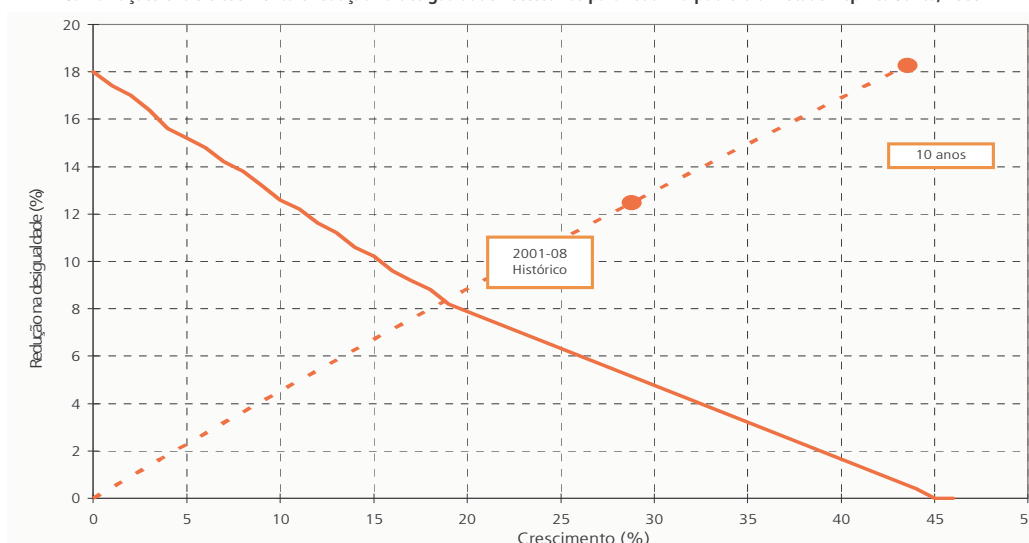
Para que a pobreza seja reduzida à metade sem mudanças no grau de desigualdade, seria necessário um crescimento na renda *per capita* de 45% (8% ao ano por cinco anos). O gráfico 9 revela que, sem crescimento econômico, para que a mesma redução na pobreza pudesse ser alcançada seria necessário uma redução no grau de desigualdade de 18% (3,5% ao ano por cinco anos).¹³ Logo, o impacto sobre a pobreza de uma redução de 1,0% no grau de desigualdade é similar ao que seria alcançado com um crescimento de 2,5% na renda *per capita*.

12. A tabela A1, no anexo, apresenta as estimativas do impacto das várias características socioeconômicas sobre a probabilidade de ser pobre, para o Espírito Santo, em 1998 e 2008.

13. Estimativa obtida com base no coeficiente de Gini.

GRÁFICO 9

Combinações entre crescimento e redução na desigualdade necessários para reduzir a pobreza à metade: Espírito Santo, 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 2008.

Uma solução equilibrada, típica do progresso alcançado pelo estado na redução da pobreza ao longo do último quinquênio, seria aquela em que as contribuições do crescimento e da redução no grau de desigualdade para a redução na pobreza são similares. Para que esta solução balanceada fosse alcançada (gráfico 9) seria necessária uma combinação de 20% de crescimento na renda *per capita* (cerca de 4% ao ano) com uma redução na desigualdade de 8% (cerca de 2% ao ano).

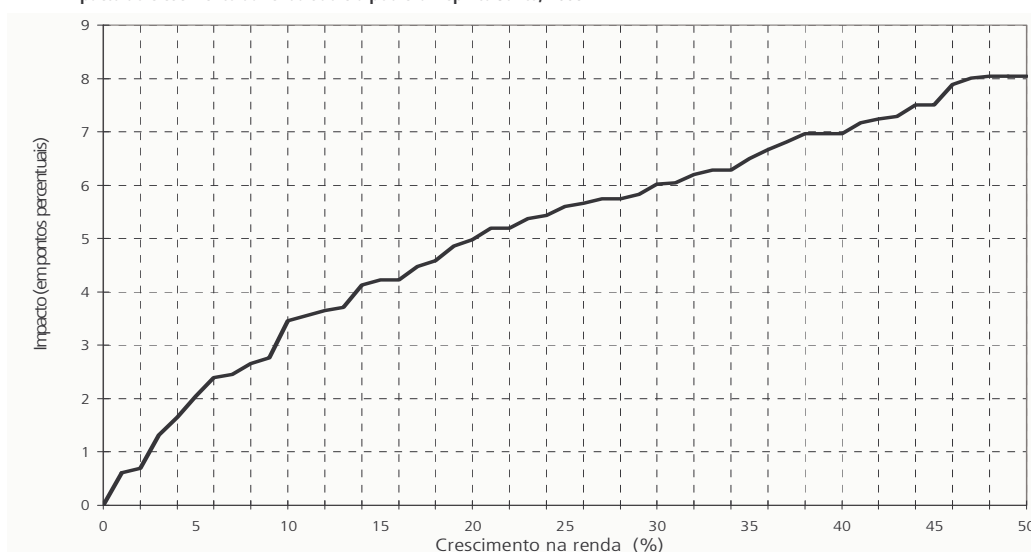
Esta combinação, embora ousada, é totalmente compatível com a trajetória recente do estado. Conforme vimos, no período de 2003 a 2008 a renda *per capita* cresceu, em média, 6% ao ano, e a desigualdade declinou 1% ao ano (tabela 2). De fato, mantida a tendência histórica, a pobreza deveria reduzir-se para 11% entre 2008 e 2013. Assim, para que o estado seja capaz de reduzir a pobreza à metade no citado quinquênio e, portanto, caminhar a uma velocidade cinco vezes mais acelerada que a proposta pelo primeiro ODM, bastaria modificar ligeiramente a taxa histórica de progresso do quinquênio anterior.

Embora reduções na pobreza possam sempre ser vistas como o resultado combinado do crescimento com reduções na desigualdade, elas são em última instância o resultado do crescimento da renda dos mais pobres. Em particular, reduções no grau de desigualdade têm impacto sobre a pobreza exatamente porque fazem a renda dos mais pobres crescer a taxas maiores do que a da população como um todo.

Supondo que a desigualdade entre os 20% mais pobres não se altera, é possível estimar a relação entre o crescimento da renda *per capita* deste grupo e a redução na pobreza (gráfico 10). Segundo esta relação, para que a pobreza verificada em 2008 seja reduzida à metade até 2013 é necessário que a renda *per capita* dos 20% mais pobres cresça 47% no quinquênio (8% ao ano).

GRÁFICO 10

Impacto do crescimento da renda sobre a pobreza: Espírito Santo, 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 2008.

Na sequência apresentam-se cenários para a evolução das condições demográficas (porcentagem de adultos), expansão das transferências públicas (renda não proveniente do trabalho) e crescimento na produtividade do trabalho (renda do trabalho), fatores capazes de gerar este crescimento na renda dos mais pobres.

5.2 CONTRIBUIÇÃO ESPERADA DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E DAS TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS PARA O CRESCIMENTO NA RENDA *PER CAPITA* DOS MAIS POBRES

Embora seja esperado que o fator preponderante que irá produzir o necessário crescimento na renda dos mais pobres seja o aumento na renda do trabalho, aumentos na porcentagem de adultos e uma maior generosidade das transferências públicas deverão também contribuir. De fato, esta foi a tendência observada ao longo da última década.

Segundo o exposto na seção anterior, aumentos na porcentagem de adultos (redução na razão de dependência das famílias) têm contribuído para um crescimento na renda *per capita* dos mais pobres em 1% ao ano. Com a continuidade desta tendência, pelo menos um oitavo do crescimento necessário (8%) na renda dos mais pobres para o quinquênio de 2008 a 2013 decorreria deste fator.

Durante o decênio de 1998 a 2008, a crescente generosidade das transferências públicas contribuiu para o crescimento na renda *per capita*, em particular, para os mais pobres. A renda não derivada do trabalho dos 20% mais pobres cresceu 12% ao ano, permitindo um crescimento na renda *per capita* de 2,5% ao ano. Caso boa parte desta tendência se mantenha, isto é, caso a renda não derivada do trabalho cresça cerca de 10% ao ano, tem-se que da meta de crescimento da renda dos mais pobres de 8% ao ano cerca de um quarto será alcançada com a expansão das transferências públicas.

Em conjunto, as transformações demográficas e o aumento das transferências públicas devem elevar a renda *per capita* dos mais pobres no estado em cerca de 3% ao ano. Conforme visto, para que a pobreza seja reduzida à metade, é necessário que a renda deste grupo cresça 8% ao ano. Portanto, para que esta meta seja alcançada, o crescimento na renda do trabalho dos mais pobres deve contribuir para que a sua renda *per capita* cresça 5% ao ano.

5.3 GANHOS DE PRODUTIVIDADE E REDUÇÃO NA POBREZA

Tendo em vista que a renda do trabalho é apenas parte da renda das famílias (75%), em particular das famílias mais pobres, estima-se que para que um crescimento de 5% na renda *per capita* possa ser alcançado a renda do trabalho das famílias precisaria crescer ao menos 6% ao ano.

Em princípio, a renda do trabalho de uma família é influenciada por três tipos de fatores: *i*) a porcentagem de adultos ocupados (acesso ao trabalho); *ii*) a produtividade intrínseca dos trabalhadores; e *iii*) a qualidade dos postos de trabalho que ocupam. Durante a década de 1998 a 2008, a proporção dos adultos ocupados aumentou apenas marginalmente no estado e declinou de forma acentuada entre os mais pobres. Assim, no cenário para o quinquênio seguinte, supõe-se que o acesso ao trabalho dos mais pobres permaneça ao menos estável, sem crescimento ou declínio na porcentagem de adultos ocupados.

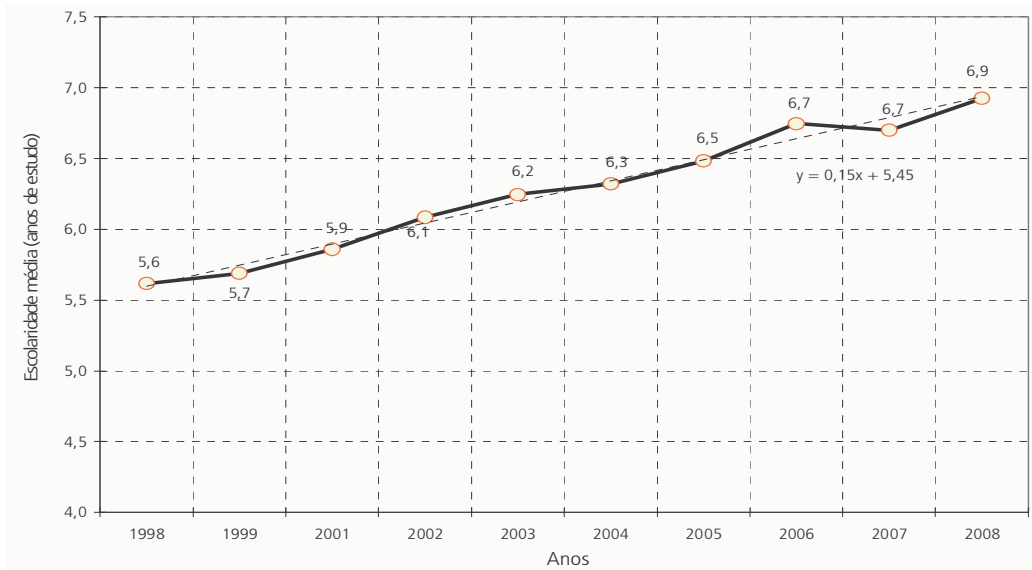
Como meta em termos de qualidade dos postos de trabalho toma-se a situação atual de Santa Catarina. Assim, caso os trabalhadores capixabas tivessem acesso a postos de trabalho com a mesma qualidade daqueles atualmente disponíveis em Santa Catarina, sua produtividade média seria 18% mais elevada. Para a construção deste cenário, supõe-se que este será o ganho de produtividade a ser alcançado no quinquênio 2008-2013, ou seja, supõe-se que a meta para o estado é ter postos de trabalho nestes cinco anos com a mesma qualidade dos que hoje existem em Santa Catarina. Esta melhoria na qualidade dos postos de trabalho implicaria um aumento da renda do trabalho de 3,4% ao ano.

Destarte, para se alcançar a meta de crescimento de 6% ao ano, ainda restam 2,6% que precisariam ser alcançados através de melhorias na qualificação dos trabalhadores. Para que este ganho possa ser obtido, a escolaridade média da força de trabalho capixaba precisaria aumentar em um ano de estudo, isto é, a escolaridade média precisaria aumentar de sete para oito anos ao longo do quinquênio. Entretanto, como a tendência histórica é de 1,5 ano de estudo adicional por década,¹⁴ uma meta de um ano no próximo quinquênio só seria atingida com uma aceleração de 33% na expansão da qualificação da força de trabalho capixaba em relação a sua tendência histórica (gráfico 11).

14. Essa tendência é dada pela inclinação da reta no gráfico 11 – 0,15.

GRÁFICO 11

Evolução da escolaridade média dos ocupados: Espírito Santo, 1998 a 2008



Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD/IBGE de 1998 a 2008.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas duas décadas compreendidas entre 1988 e 2008 a pobreza e a desigualdade de renda declinaram de forma acentuada no Espírito Santo. A pobreza em 2008 era inferior a um terço do seu valor duas décadas antes, o que representa um ritmo de redução duas vezes mais acelerado que a proposta pelo primeiro ODM.

Esta acentuada queda na pobreza foi, em parte, resultado do crescimento econômico. Mais especificamente, cerca da metade da redução observada na pobreza deveu-se à concomitante e também acentuada queda na desigualdade que marcou o período em análise. Em função desta queda na desigualdade, a taxa média anual de crescimento da renda dos 10% mais pobres (6% ao ano) ao longo das duas décadas foi seis vezes mais acelerada que a dos 10% mais ricos (1% ao ano). Esta queda na desigualdade foi tão intensa que, mesmo que não tivesse ocorrido qualquer crescimento econômico, a pobreza no estado teria declinado à velocidade preconizada pelo primeiro ODM.

Em diversos outros estados brasileiros ocorreram reduções na pobreza e na desigualdade. Entretanto, apenas em Santa Catarina a queda na pobreza foi mais acentuada do que no Espírito Santo. Com relação à desigualdade, em nenhuma outra unidade da federação a redução foi tão intensa quanto no Espírito Santo. A redução na desigualdade ao longo das duas últimas décadas foi duas vezes mais acelerada que a ocorrida ao nível nacional e regional, e a redução na pobreza foi 50% mais rápida.

Este acelerado processo de redução na pobreza e na desigualdade, entretanto, não ocorreu de forma contínua durante as duas décadas, tendo sido particularmente mais acelerado em seu último quinquênio. Entre 2003 e 2008 a pobreza foi reduzida

à metade, declinando a uma velocidade cinco vezes maior que a preconizada pelo primeiro ODM. A redução na desigualdade também foi particularmente mais acelerada nesse período.

Mas, a despeito de todo este progresso, a pobreza e a desigualdade permanecem elevadas no estado. Cerca de 500 mil pessoas (15% da população) continuam vivendo em famílias pobres, com uma renda *per capita* mensal inferior a R\$ 100. O grau de desigualdade no estado permanece bem mais elevado do que praticamente todos os estados da região Sul e Sudeste do país. Se consumo for igual à renda, então, o consumo *per capita* anual de uma pessoa entre os 10% mais pobres equivale ao consumo de quatro dias de uma pessoa entre o 1% mais rico. De fato, a fatia da renda apropriada pelos 40% mais pobres é similar àquela apropriada pelo 1% mais rico.

Neste estudo procurou-se identificar metas factíveis, embora ousadas, para a redução da pobreza no lustro de 2008 a 2013. Constatou-se que a redução da pobreza à metade (velocidade cinco vezes mais rápida que a proposta pelo primeiro ODM) seria uma meta apropriada. Para alcançá-la o estado necessitaria de um crescimento da renda *per capita*, com equidade, de 3,5% ao ano, e um declínio no grau de desigualdade de 1,5% ao ano. Estas taxas correspondem a um desempenho apenas ligeiramente mais acentuado que o alcançado ao longo do último quinquênio. Caso estas metas de crescimento e de redução no grau de desigualdade sejam alcançadas, a renda dos 20% mais pobres cresceria 6% ao ano.

Embora exista uma infinidade de combinações de fatores que poderiam levar ao alcance destas metas, com vistas a apontar um caminho e ratificar sua viabilidade, mostrou-se que para que estas metas sejam alcançadas bastaria que quatro condições fossem satisfeitas. Do ponto de vista demográfico, seria suficiente que entre as famílias pobres a porcentagem de adultos continuasse a crescer 1% ao ano. No que se refere às transferências públicas, bastaria que o seu valor real continuasse a crescer a 10% ao ano (as transferências públicas cresceram 12% ao ano na última década). Dadas estas transformações, seria adicionalmente necessário, pelo lado produtivo, que a qualidade dos postos de trabalho melhorasse de tal forma a atingir, em cinco anos, a qualidade vigente atualmente em Santa Catarina, e que a escolaridade da força de trabalho aumentasse em um ano ao longo do quinquênio.

Estas são metas relativamente mais desafiadoras, que requerem um progresso mais acentuado do que o observado no estado ao longo das últimas duas décadas. Por exemplo, a tendência histórica é de aumento na escolaridade da força de trabalho capixaba de 0,75 anos de estudo por quinquênio. Portanto, para que a meta de um ano adicional seja alcançada seria necessário acelerar a expansão educacional em cerca de 30%.

Neste estudo investigaram-se os determinantes imediatos da pobreza no estado. Constatou-se que a pobreza encontra-se altamente concentrada em famílias com crianças, chefiadas por trabalhadores rurais sem carteira, engajados em atividades agropecuárias e com baixa escolaridade, ou por trabalhadores urbanos desempregados. Demonstrou-se que, embora a expansão e crescente generosidade das transferências públicas de renda tenham contribuído para as acentuadas quedas na pobreza e na desigualdade, o fator mais importante foi o crescimento na produtividade e, daí, na remuneração do trabalho dos ocupados em famílias

pobres. Mesmo assim, a produtividade do trabalho no estado permanece bem inferior à já alcançada nos estados mais desenvolvidos do país, sendo este diferencial de produtividade o fator primordial a explicar a maior pobreza e desigualdade do estado quando comparado a São Paulo e Santa Catarina.

Um fator que definitivamente não explica a maior pobreza e desigualdade no estado é uma possível menor inserção dos pobres capixabas no mundo do trabalho. De fato, a taxa de ocupação dos pobres no estado mostra-se superior à correspondente taxa em Santa Catarina e em São Paulo. Assim, definitivamente os pobres no estado não são mais pobres porque trabalham menos. Ao contrário, apesar de trabalharem mais, eles são mais pobres em parte porque ganham menos pelo trabalho que exercem por serem menos qualificados e, em parte, porque ocupam postos de trabalho de pior qualidade.

Em suma, se as evidências mais recentes apontam para níveis ainda preocupantes de pobreza e desigualdade no estado, elas também apontam para a significativa efetividade da política social no combate a estas carências. Esta política se baseia em melhorias na produtividade e remuneração dos trabalhadores mais pobres (redução estrutural da pobreza e desigualdade) combinadas com a construção e expansão de uma rede de proteção social bem focalizada e crescentemente mais generosa (alívio imediato a pobreza extrema). Assim, se por um lado, ainda não se pode dizer que a pobreza e a desigualdade foram reduzidas a níveis aceitáveis, por outro, o progresso extremamente acentuado alcançado entre 1988 e 2008, em particular ao longo do último quinquênio deste período, evidencia a eficácia da política social atual. Na medida em que esta política social se adéque às mudanças na natureza da pobreza e da desigualdade, que inevitavelmente acompanham o processo de desenvolvimento e, desta forma, mantenha sua efetividade, estima-se que entre uma década e uma década e meia o estado terá eliminado o descompasso entre desenvolvimento econômico e social que tem marcado sua história, assim como a da vasta maioria dos estados brasileiros. Apesar dos ainda elevados níveis de pobreza e de desigualdade, mantido o acelerado passo com que o estado vem progredindo, em menos de quinze anos ele alcançará níveis compatíveis com seu grau de desenvolvimento econômico.

ANEXO

TABELA A1

Impacto das características sócioeconômicas sobre a probabilidade de ser pobre: Espírito Santo, 1998 e 2008

Grupos socioeconômicos	1998		2008	
	Coefficiente	P-valor (%)	Coefficiente	P-valor (%)
Intercepto	0,175	0	-0,220	0
Cor				
Negro	-	-	-	-
Branco	-0,326	0	-0,290	0
Gênero				
Mulher	-	-	-	-
Homem	-0,121	0	-0,140	0
Área				
Rural	-	-	-	-
Urbana	-0,476	0	0,222	0
Tamanho do município				
Autorrepresentativo	-0,127	0	-0,426	0
Não autorrepresentativo	-	-	-	-
Situação no mercado				
Desempregado	1,379	0	1,038	0
Inativo	-	-	-	-
Posição na ocupação				
Com carteira	0,060	0	-1,219	0
Conta própria	-0,266	0	-0,346	0
Empregador	-2,067	0	-2,542	0
Funcionário público	-0,400	0	-0,545	0
Sem carteira	0,641	0	-0,133	0
Não remunerado	-0,030	1	-0,826	0
Setor de atividades				
Agrícola	-	-	-	-
Outras atividades industriais	-1,829	0	-14,222	50
Indústria de transformação	-0,981	0	-0,525	0
Construção	-0,750	0	-0,436	0
Comércio e reparação	-0,414	0	-0,701	0
Alojamento e alimentação	-0,535	0	-0,613	0
Transporte, armazenagem e comunicação	-2,149	0	-1,593	0
Administração pública	-1,270	0	-2,210	0
Educação, saúde e serviços sociais	-1,770	0	-1,154	0
Serviços domésticos	0,145	0	0,236	0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,647	0	-14,757	32
Outras atividades	-0,496	0	-1,163	0
Nível educacional				
0 a 4	-	-	-	-
5 a 8	-1,037	0	-0,295	0
9 a 11	-1,745	0	-1,682	0
12 e mais	-2,178	0	-1,846	0
Presença de idoso na família				
Não	-	-	-	-
Sim	-0,929	0	-1,817	0
Presença de criança na família				
Não	-	-	-	-
Sim	1,407	0	1,369	0
Faixa etária				
0 a 14	-	-	-	-
15 a 24	-0,515	0	-0,486	0
25 a 34	-0,801	0	-0,628	0
35 a 44	-0,233	0	-0,553	0
45 a 54	-0,590	0	-0,846	0
55 a 64	-1,192	0	-1,337	0
65 e mais	-0,813	0	-1,225	0

Fonte: Estimativas obtidas com base na PNAD/IBGE de 1998 e 2008.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, Cap. XII, v.1, 2006.

_____. A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Cap. II, vol. 1. Brasília, IPEA, 2006a.

_____. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Econômica*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF, v.8, n.1, 2006b. 117-147 p.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas para a queda recente da desigualdade de renda brasileira. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Cap. XVI, vol. II. Brasília: IPEA, 2007.

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Cap. XIV, vol. 1. Brasília, IPEA, 2006.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Revisão

Cláudio Passos de Oliveira

Luciana Dias Jabbour

Marco Aurélio Dias Pires

Reginaldo da Silva Domingos

Leonardo Moreira de Souza (estagiário)

Maria Angela de Jesus Silva (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Everson da Silva Moura

Renato Rodrigues Bueno

Eudes Nascimento Lins (estagiário)

Helenne Schroeder Sanderson (estagiária)

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Tiragem: 130 exemplares